

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	7
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Programa de Integridade	11
5.5 - Alterações significativas	15
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	16

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	17
10.2 - Resultado operacional e financeiro	35
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	36
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	38
10.5 - Políticas contábeis críticas	44
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	47
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	48
10.8 - Plano de Negócios	49
10.9 - Outros fatores com influência relevante	52

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de setembro de 2020 e estabelece os princípios e parâmetros a serem observados no gerenciamento de riscos da Companhia, com objetivo de monitorar e minimizar os riscos inerentes às suas atividades. A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada no *website* da Companhia (ri.meliuz.com.br).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia tem por objetivo buscar a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

(i) riscos para os quais se busca proteção

Por meio da Política de Gerenciamento de Riscos, busca-se proteção para os seguintes riscos:

- **Riscos operacionais:** são riscos decorrentes de falhas, erros, deficiências e/ou inadequações de processos internos, de gestão de pessoas e de uso de tecnologia, ou, ainda, riscos oriundos de eventos externos e que podem afetar a operação dos negócios da Companhia.
- **Riscos macroeconômicos:** são riscos decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento dos clientes e consumidores, tais como taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros.
- **Riscos de *compliance*:** são riscos causados pela falha no cumprimento de leis, regras, regulamentos e dos códigos e políticas internas, e também dos códigos, políticas e regras de clientes ou de fornecedores com os quais a Companhia se relaciona, ou pela existência de processos em aberto ou processos futuros que podem resultar em perda financeira.
- **Riscos corporativos:** são os principais riscos de cunho estratégico, operacional, financeiro, regulatório, de mercado, de mão de obra, políticos, socioambientais, que podem impactar as atividades ou dos objetivos da Companhia.
- **Riscos estratégicos:** são os riscos oriundos da implementação de uma estratégia malsucedida ou ineficaz que deixe de alcançar os retornos pretendidos.
- **Riscos regulatórios:** são os riscos resultantes de modificações nas regulamentações e ações de órgãos reguladores, seja em âmbito internacional ou nacional, que podem resultar na crescente pressão competitiva, aumentar os custos das atividades da Companhia ou até mesmo inviabilizá-la.
- **Riscos jurídicos:** São aqueles que podem surgir em decorrência de processos nos quais a Companhia é autora ou ré, por descumprimento de obrigações aplicáveis ao negócio, por contratações de terceiros sem análise jurídica, perdas financeiras decorrentes de reclamações ou de indenizações/multas por eventuais danos a terceiros decorrentes das atividades que a Companhia desenvolve;
- **Riscos tecnológicos e cibernéticos:** riscos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação (infraestrutura, gestão de acessos, segurança da informação) que podem impactar os negócios da Companhia, como a ocorrência de ciberataques, vazamento e/ou perda de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

integridade de informações, indisponibilidade do ambiente de TI, obsolescência tecnológica, vazamento de dados/informações pessoais, roubo/vazamento de informações estratégicas, envio de arquivos confidenciais, em via digital ou telefônica, acesso inadequado a ativos e recursos de TI, acesso remoto inseguro, dentre outros.

- **Riscos de imagem:** são riscos resultantes da ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos listados acima e neste Formulário de Referência, nas seções 4.1 e 4.2, que podem causar danos à reputação, imagem, credibilidade e/ou marca, inclusive em razão de publicidade negativa, independentemente de sua veracidade.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

A Companhia não adota parâmetros objetivos para tomar decisões a respeito da aceitação ou não aceitação de determinados riscos. O principal instrumento utilizado no processo de gerenciamento de riscos é a “Matriz de Riscos”, ferramenta por meio da qual se busca auxiliar os processos decisórios e a definição do apetite a risco da Companhia. O processo de gerenciamento de riscos da Companhia é composto das seguintes etapas: (1) identificação e classificação dos risco nas categorias descritas no item 5.1(b)(i) acima; (2) análise dos riscos identificados e indicação gráfica daqueles de baixa probabilidade e baixo impacto; de baixa probabilidade e alto impacto; de alta probabilidade e baixo impacto; e, por fim de alta probabilidade e alto impacto; (3) definição e implementação das ações de resposta aos riscos; e finalmente, (4) definição dos procedimentos de monitoramento e comunicação.

As seguintes abordagens e instrumentos podem ser adotados pela Companhia durante o processo de gerenciamento de riscos:

- **Questionários de risco:** A liderança da Companhia é solicitada a preencher um questionário específico para que indique possíveis riscos aos quais a Companhia está exposta. Os cenários de risco são observados e catalogados;
- **Ciclos de entrevistas:** Os cenários de risco são identificados e discutidos com determinados colaboradores. Os resultados também são documentados como parte da avaliação;
- **Auditorias de processos:** Os processos da Companhia são auditados e avaliados, a fim de verificar eventuais riscos aos quais está exposta. Neste processo, Matrizes de Riscos são criadas/atualizadas. Tais registros contribuem para a identificação de riscos dentro da Companhia, funcionando como uma fonte de possíveis ameaças ou fraquezas.

Essa primeira etapa é finalizada com o desenvolvimento de um mapa de riscos, que é avaliado anualmente. O mapa pode ser atualizado devido a: (i) novos cenários (interno, político, econômico, entre outros); (ii) resultados de auditorias, entrevistas, questionários, observações e demais atividades; ou (iii) evolução da cultura de integridade e mitigação de riscos.

A partir disso, é realizada a análise do grau de cada risco. A metodologia utilizada para realização desta análise considera: impacto/consequência do potencial de perdas financeiras, degradação da imagem, penalidades legais etc. e a probabilidade/vulnerabilidade de ocorrência de risco com base em quão robustos os controles internos relacionados são. O perfil do risco é determinado ao se combinar o impacto/consequência e probabilidade/vulnerabilidade esperadas do risco. Por fim, a Companhia determina como cada cenário de risco será respondido, considerando: (i) *terminar*, ou seja, eliminar riscos, redefinir os objetivos e/ou estratégias de negócios; (ii) *diversificar*, ou seja, intensificar o nível de gestão e/ou melhorar os controles internos; (iii) *aceitar*, ou seja, não realizar nenhuma ação adicional e continuar o monitorando, especialmente quando não é possível ou prático respondê-lo; ou (iv) *passar adiante*, transferindo a responsabilidade para terceiros (por exemplo, no risco de incêndio, o custo do sinistro pode ser transferido para seguradoras).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Tais recomendações se desdobram em ações detalhadas, pilotos, testes, validações e ajustes necessários para assegurar a eficácia do tratamento e controle dos riscos aos quais a Companhia está exposta. A partir dos riscos identificados e ações recomendadas, a Companhia deverá implementar os planos de ação a fim de garantir o tratamento dos riscos. Tais atividades são realizadas e monitoradas pelos membros da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos descrita na alínea (iii) deste item 5.1, abaixo.

Além dos instrumentos descritos acima, são utilizados procedimentos de pré-avaliação cadastral de novos clientes, disseminação dos códigos, condutas e procedimentos da Companhia, treinamentos, com a finalidade de identificar e mitigar os riscos aos quais a Companhia está exposta.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos é composta pelo Conselho de Administração, a Diretoria da Companhia, o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna, a Área de Segurança da Informação, bem como pelas Gerências e demais colaboradores da Companhia.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração aprova a Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões e atualizações. Estabelece ainda as diretrizes gerais das estratégias de gerenciamento de riscos e o nível de risco que a Companhia se submete na condução de seus negócios por meio da avaliação e aprovação da Matriz de Riscos apresentada pelo Comitê de Auditoria. Também tem como atribuição acompanhar e direcionar o desenvolvimento de uma sólida estrutura de gerenciamento de riscos, dando apoio, em caso de necessidade, aos demais integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos. Supervisiona as atividades do processo de gerenciamento de riscos executadas pelos demais integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos; avalia a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas, entre outras áreas) destinada ao processo de gerenciamento de riscos; e acompanha a evolução do gerenciamento de riscos em atenção aos níveis de riscos considerados aceitáveis para a Companhia.

O Conselho de Administração é ainda responsável por assegurar ao Comitê de Auditoria autonomia operacional e orçamento próprio, destinado a cobrir as suas despesas de funcionamento. O Conselho e Administração monitora as atividades do Comitê de Auditoria, bem como de quaisquer outros comitês de assessoramento, integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos. Por fim, define as decisões a serem tomadas nos casos de conflitos e impasses, caso o Comitê de Auditoria (e, eventualmente, outros comitês de assessoramento integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos) não cheguem a uma decisão final sobre determinado tema relacionado ao gerenciamento de riscos da Companhia.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, dotado de autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento. Assessoria o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação relacionados ao gerenciamento de riscos, mediante avaliação e monitoramento do cumprimento e da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos, podendo recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração. Ademais, acompanha e supervisiona as atividades da Auditoria Interna e da área de controles internos da Companhia, inclusive, opinando na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

Compete ainda ao Comitê de Auditoria avaliar e monitorar a exposição aos riscos que possam afetar a continuidade dos negócios da Companhia e supervisionar as atividades da área financeira, controladoria e contábil, avaliando as informações trimestrais e demonstrações financeiras. É também responsável por receber e tratar informações acerca do descumprimento

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos; e por avaliar a efetividade do modelo de gerenciamento de riscos, sugerindo soluções de aprimoramento de seus processos ao Conselho de Administração, quando necessário, e recomendando ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, prioridades e inclusões na Matriz de Riscos, na distribuição de competências, nas categorias de riscos e nos processos internos de gerenciamento de riscos da Companhia.

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, o Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê o detalhamento de suas funções e procedimentos operacionais.

Diretoria

A Diretoria implementa as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração e executa a Política de Gerenciamento de Riscos. Sempre que necessário, deve propor ao Conselho de Administração revisões às estratégias e diretrizes da Companhia ou à Política de Gerenciamento de Riscos. Adicionalmente, deve identificar riscos preventivamente e fazer a gestão de tais riscos, avaliando a probabilidade de materialização e adotando medidas para prevenção e/ou mitigação.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna teve suas funções aprovadas na reunião do Conselho de Administração datada de 5 de outubro de 2020 e é responsável por auditar o processo de gerenciamento de riscos da Companhia; monitorar o ambiente de controles internos e a efetividade do gerenciamento de riscos executado pelo Comitê de Auditoria, Diretoria e Conselho de Administração; e apresentar ao Comitê de Auditoria, periodicamente, pareceres imparciais, independentes e tempestivos contendo as suas conclusões e recomendações. Para tanto, executa os testes de controles de acordo com o planejamento da auditoria; verifica a implementação dos planos de ação e sua eficácia; identifica a necessidade de priorizar determinadas ações, bem como de ampliar testes e/ou monitoramento contínuo, em função de novos riscos ou agravamento de riscos previamente mapeados. Ainda, identifica e aponta oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de riscos, emitindo opinião formal sobre os controles internos testados.

Os trabalhos de competência da área de Auditoria Interna são terceirizados, sendo realizados pela Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda., empresa contratada em 11 de setembro de 2020, a qual é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, nos termos descritos acima. Os administradores da Companhia entendem que a Auditoria Interna possui estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções. A estrutura e o orçamento da Auditoria interna estão sujeitos a reavaliação pelo Conselho de Administração, por iniciativa própria ou por recomendação do Comitê de Auditoria, ao menos uma vez ao ano.

Área de Segurança da Informação

A Área de Segurança da Informação tem por competência identificar, monitorar e mitigar os riscos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação (infraestrutura, gestão de acessos, segurança da informação) que possam prejudicar ou impedir o bom andamento das operações da Companhia, tais como ciberataques, destruição de servidores, restrição de acesso aos sistemas de informação, perda de informações relevantes, dentre outros. Nesse sentido, busca identificar fragilidades nos recursos e procedimentos empregados pela Companhia no tratamento de informações, por meio de inspeções periódicas aos parâmetros e recursos tecnológicos disponíveis, bem como implementa plano de ações e controles aos riscos decorrentes das fragilidades identificadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Constatada ocorrência de ciberataques, vazamento e/ou perda de integridade de informações, indisponibilidade do ambiente de TI, obsolescência tecnológica, vazamento de dados/informações pessoais, roubo/vazamento de informações estratégicas, envio de arquivos confidenciais, em via digital ou telefônica, acesso inadequado a ativos e recursos de TI, acesso remoto inseguro ou qualquer outro evento relacionado ao ambiente de tecnologia da informação que possa prejudicar ou impedir o bom andamento das operações da Companhia, a Área de Segurança da Informação deve reportar o evento à Diretoria e ao Comitê de Auditoria e recomendar as ações a serem implementadas para o tratamento dos riscos em relação ao ambiente de tecnologia da informação.

Gerências e demais colaboradores

Os gerentes e demais colaboradores da Companhia são responsáveis por observar integralmente as ações de gerenciamento de riscos no dia a dia da Companhia e por participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente do gerenciamento de riscos na Companhia.

Os controles internos contribuem para a mitigação dos riscos, propiciando um ambiente mais seguro e eficaz, no que tange a eficiência operacional e a integridade dos registros e informações, considerando principalmente os seguintes aspectos:

- (i) os objetivos estratégicos da Companhia;
- (ii) composição e natureza das contas contábeis;
- (iii) possibilidade de perdas decorrentes de erros e fraudes; e
- (iv) complexidade nas transações das contas contábeis.

Para atingimento dos seus objetivos, o gerenciamento dos controles internos da Companhia está estruturado em um modelo integrado de três Linhas de Defesa, sendo:

- **1ª Linha de Defesa:** representada pela Diretoria, Área de Segurança da Informação, gerências e demais colaboradores que atuam nas operações da Companhia. Reporta-se ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. É responsável por: (i) identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos (tratamento) de acordo com as diretrizes da Política de Gerenciamento de Riscos; (ii) implantar planos de ação e controles; e (iii) comunicar/reportar, em tempo hábil, informações relevantes relacionadas ao gerenciamento de riscos;
- **2ª Linha de Defesa:** Representada pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração, utiliza a documentação suporte produzida pela 1ª Linha de Defesa como subsídio para revisão do ambiente de controles. Atua apoiando as áreas de negócio no desenvolvimento e implementação dos processos e controles;
- **3ª Linha de Defesa:** Auditoria Interna, responsável por analisar e avaliar de forma independente o ambiente de controles internos com base nos trabalhos executados pela 1ª e 2ª linhas de defesa, fornecendo pareceres periódicos ao Comitê de Auditoria. Pode executar trabalhos adicionais conforme necessidade identificada.

Posteriormente, são realizados os mapeamentos e atualizações dos processos, da matriz de riscos e dos controles e testes de controle, com a finalidade de confirmar o entendimento dos processos mapeados, bem como se os controles estão implementados e operando de forma adequada.

Os controles inexistentes ou considerados insatisfatórios para mitigação dos riscos identificados são reportados para as áreas responsáveis para elaboração de planos de ação (seja a criação do novo controle ou o aperfeiçoamento dos controles existentes).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os processos e controles mapeados são ferramentas fundamentais para o planejamento da Auditoria Interna. Com base nesse mapeamento, a Auditoria Interna define a estratégia e os testes de efetividade que serão realizados, com o objetivo de avaliar a correta aplicação e eficiência operacional dos controles na prevenção ou detecção de distorções relevantes.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação de efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos, pois permite à Companhia monitorar e avaliar periodicamente os riscos relacionados aos seus negócios, identificar possíveis impactos dos riscos em suas operações e corrigir eventuais falhas tempestivamente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Não há uma política específica que trata de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, aplicando-se ao gerenciamento de riscos de mercado a Política de Gerenciamento de Riscos mencionada na seção 5.1 acima, no que couber.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Aplicam-se ao gerenciamento de riscos do mercado os mesmos princípios, diretrizes e responsabilidades detalhados para fins de gerenciamento de riscos no item 5.1 “b” acima.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para o risco de mercado conforme qualitativa e quantitativamente descrito no item 4.2 deste Formulário de Referência.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota estratégia específica de proteção patrimonial (*hedge*), pois os riscos de mercado a que estamos sujeitos, seja no ativo ou no passivo, não representam importância que justifique tais operações ou, ainda, uma estratégia de proteção patrimonial.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota estratégia específica de proteção patrimonial (*hedge*).

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

A Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, uma vez que na avaliação de seus administradores a Companhia não está exposta a riscos relevantes que justificariam operações de tal natureza.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Compõem a estrutura de gerenciamento de riscos de mercado: a Diretoria Financeira, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração, a depender da grandeza do risco mapeado e os enquadramentos das soluções para mitigação dos riscos propostas no contexto da política estabelecida, nos termos do item 5.1 (b) (iii) acima.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Embora não possua uma política específica de gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia entende que sua estrutura operacional possibilita a devida verificação da efetividade das práticas de gerenciamento de riscos.

Acreditamos que conseguimos monitorar os riscos inerentes às nossas atividades de forma eficaz e consideramos que nossa estrutura operacional e controles internos implementados são adequados para monitorar os riscos aos quais estamos expostos, bem como ao nosso porte e complexidade de nossas atividades.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

A administração da Companhia, o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna e os demais colaboradores da Companhia são responsáveis por assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos. Para tanto, a Companhia adota diversas práticas e controles internos para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos, *compliance* e processos que visam fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade na preparação das demonstrações financeiras e objetivam: (a) a manutenção de registros que, de forma rigorosa e justa, registrem as transações e disposições dos ativos e passivos da Companhia; (b) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB); (c) o fornecimento de garantia razoável em relação à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, utilização ou destinação não autorizadas dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis; (d) implantação de estrutura e procedimentos de *compliance*, bem como o aprimoramento das respectivas políticas; e (e) gerenciamento de riscos operacionais.

A respeito dos controles para elaboração das demonstrações contábeis, esta é iniciada com o processo de fechamento contábil, que conta com uma estrutura rígida de acompanhamento de fechamentos de módulos sistêmicos, em que são monitorados os processos de integração financeira para o sistema contábil, bem como análise da necessidade de possíveis lançamentos manuais no sistema contábil. O processo de fechamento contábil é revisado mensalmente pela Gerência de Contabilidade, sob a liderança de um Coordenador Contábil, e pelo Diretor Financeiro. Todos são responsáveis por assegurar que os números contabilizados estão adequados e confiáveis.

Na sequência, com o uso de *checklists* de divulgação e avaliação interna sobre a necessidade e adequação qualitativa de divulgações, a área contábil da Companhia prepara as demonstrações financeiras, submetendo-as para revisão do Diretor Financeiro. Após revisadas, as demonstrações financeiras são submetidas aos auditores independentes, para elaboração de seu relatório sobre estas demonstrações.

No decorrer do exercício, e de forma concomitante aos trabalhos da Gerência de Contabilidade e da Diretoria Financeira, a Auditoria Interna efetua testes nos controles internos, inclusive controles financeiros, para assegurar sua eficiência e eficácia. A Auditoria Interna julga se a forma como os controles internos foram desenhados é suficiente para mitigação dos riscos operacionais até um nível aceitável pela Companhia. Quando identificadas fragilidades nos controles internos, a Auditoria Interna recomenda melhorias ao Comitê de Auditoria. A Auditoria Interna teve suas funções aprovadas na reunião do Conselho de Administração datada de 5 de outubro de 2020 e, atualmente, tem suas atividades terceirizadas à Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda., empresa contratada em 11 de setembro de 2020.

Os administradores da Companhia entendem que a Auditoria Interna possui estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções. A estrutura e o orçamento da Auditoria Interna estão sujeitos a reavaliação pelo Conselho de Administração, por iniciativa própria ou por recomendação do Comitê de Auditoria, ao menos uma vez ao ano.

Os administradores da Companhia entendem que os controles internos da Companhia são suficientes e pertinentes, dado o tipo de atividade e o volume de transações que a Companhia opera.

Adicionalmente, os administradores da Companhia esclarecem que permanecem empenhados no aprimoramento, revisão e atualização contínua de seus processos e políticas, e na implementação de novas ferramentas para revisão e aprimoramento dos controles internos e de *compliance*. Em razão de suas limitações inerentes, os controles internos podem não impedir ou não detectar erros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(b) estruturas organizacionais envolvidas:

A Companhia possui estrutura organizacional de controles internos para assegurar o gerenciamento de riscos envolvidos na elaboração das demonstrações financeiras:

- Gerente Contábil e Fiscal: Participa da elaboração de balancetes, papéis de trabalho adicionais, contratos. Responsável pela confecção de controles internos de suporte e validações de saldos de contas bem como documentos comprobatórios destes saldos.
- Diretor Financeiro: responsável pela revisão e validação do relatório das demonstrações financeiras

Adicionalmente, observadas as demais competências e responsabilidades descritas no item 5.1 (b) (iii) e no item 5.3(a) acima, fazem parte da estrutura (1) o Conselho de Administração, que supervisiona a atuação das demais estruturas organizacionais envolvidas nos controles internos; (2) o Comitê de Auditoria, que acompanha as atividades de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, e supervisiona as atividades da área financeira, controladoria e contábil, reportando as suas conclusões e recomendações ao Conselho de Administração; e (3) a Auditoria Interna, que tem suas atividades terceirizadas a auditor independente registrado na CVM, sendo de sua competência, no decorrer do exercício, efetuar testes nos controles internos, inclusive controles financeiros, para assegurar sua eficiência e eficácia. Dentre as funções da Auditoria Interna está a função de julgar se a forma como os controles internos foram desenhados é suficiente para mitigação dos riscos operacionais até um nível aceitável pela Companhia. Quando identificadas fragilidades nos controles internos, a Auditoria Interna recomenda melhorias ao Comitê de Auditoria.

Em virtude da necessidade de elaboração das demonstrações financeiras nos padrões contábeis adotados no país, a auditoria independente verifica periodicamente se as informações provenientes dos sistemas estão aderentes aos padrões contábeis exigidos e, nesse sentido, estão aderentes às exigências e, sempre que necessário, recomenda adequações e melhorias aos padrões existentes.

Os gerentes e demais colaboradores da Companhia são responsáveis por observar integralmente as ações de gerenciamento de riscos no dia a dia da Companhia e por participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente do gerenciamento de riscos na Companhia.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

Os controles internos adotados são mensalmente supervisionados pela Administração da Companhia. A Diretoria Financeira analisa e revisa todos os controles utilizados na preparação das demonstrações financeiras, enquanto os membros do Comitê de Auditoria e os membros do Conselho de Administração são responsáveis pelo acompanhamento da eficiência dos controles internos, mediante supervisão periódica das atividades da área financeira, controladoria e contábil.

Ademais, a Auditoria Interna, terceirizada a empresa de contabilidade registrada na CVM, é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de controle e governança da Companhia, tendo suas atividades acompanhadas e supervisionadas pelo Comitê de Auditoria, a fim de conferir maior confiabilidade aos relatórios financeiros e às demonstrações financeiras. As deficiências de controles são monitoradas periodicamente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas.

Essa estrutura permite que qualquer não conformidade observada que possa impactar nas demonstrações financeiras seja pronta e tempestivamente reportada à Administração da Companhia para adoção das ações corretivas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:**

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, não foram apontadas deficiências significativas relativas aos controles internos da Companhia.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:

Não aplicável, tendo em vista que, em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, não foram apontadas deficiências significativas relativas aos controles internos da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Em 25 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração deliberou pela atualização do Código de Ética e Conduta (“Código de Ética”) da Companhia, que estabelece, dentre outros, princípios e orientações de condutas com a finalidade de prevenir fraudes e ilícitos (incluindo, mas não se limitando contra a administração pública), boas práticas de mercado e promover o estrito cumprimento de todas as legislações e normas vigentes.

O inteiro teor do Código de Ética pode ser acessado no website da Companhia (ri.meliuz.com.br).

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia compromete-se com o cumprimento das leis e com o combate à corrupção, adotando mecanismos e procedimentos de integridade visando à prevenção, detecção e ao tratamento adequado a eventuais atos de corrupção, fraudes e condutas ilícitas de qualquer natureza, em ambiente público ou privado, incluindo qualquer forma de discriminação e preconceito, e condutas que atentem contra a diversidade ou contra direitos da criança e do adolescente. A Companhia busca ainda garantir a segurança e saúde no trabalho através do desenvolvimento de práticas e políticas que minimizem os riscos ocupacionais.

As relações da Companhia com seus fornecedores e prestadores de serviços devem contemplar os interesses legítimos dos envolvidos, sempre baseados em parâmetros técnicos, não sendo admitidas vantagens indevidas, obtidas por meio da manipulação de informação, ou de intimidação, coerção, coação, constrangimento ou qualquer criação artificial de situações de dependência da outra parte envolvida, sejam práticas de concorrência desleal ou situações caracterizadas como conflito de interesse com os negócios da Companhia.

A Companhia não admite, em nenhuma hipótese, o uso de meios ilegais (roubo, furto, suborno, espionagem por meios eletrônicos e outros) ou antiéticos para obter informações sobre concorrentes.

A Companhia e seus colaboradores devem observar a legislação que regula a participação de empresas em assuntos políticos e no relacionamento com o poder público e órgãos reguladores, inclusive no que diz respeito a contribuições para campanhas eleitorais. A Companhia mantém, com o poder público e órgãos reguladores, uma posição de independência, de colaboração e de respeito às leis e regulamentações. A relação da Companhia com o poder público deve ser sempre transparente e isenta, sendo expressamente vedado favores e doações, seja direta ou indiretamente, a funcionários públicos.

Considerando que a atividade da Companhia é fortemente baseada na utilização de informações confidenciais e estratégicas de seus clientes, tais informações devem ser manipuladas com zelo e cuidado. Para tanto, a Companhia impõe como princípios básicos:

- (i) A informação é um ativo da Companhia e de nossos clientes. É dever de todos colaboradores protegê-la de vazamentos inconscientes ou tentativas maliciosas de terceiros, adotando um comportamento atento e responsável.
- (ii) Uma vez que a segurança da informação é fortemente ligada ao comportamento, é necessário adotar-se sempre uma atitude responsável e ética, em consonância com os valores básicos da Companhia.
- (iii) As consequências da disponibilização de informações confidenciais podem ser desastrosas para o colaborador e para a Companhia. A disponibilização negligente ou fraudulenta da informação é crime e abre a possibilidade de perdas econômicas por parte das empresas envolvidas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(iv) *Chinese wall policy*: a confidencialidade de projetos e informações de clientes deve ser mantida inclusive internamente na Companhia, especialmente no caso de times alocados a clientes concorrentes (exemplos de clientes concorrentes: redes de supermercado, e-commerces, etc.).

(v) O uso indevido de informações confidenciais da Companhia ou de clientes é considerado motivo para desligamento por justa-causa, além de sujeitar o responsável às penalidades previstas em lei.

Os principais mecanismos normativos do programa de integridade da Companhia foram aprovados pelo Conselho de Administração e compreendem, além do Código de Ética e da Política de Gerenciamento de Riscos aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de setembro de 2020: (i) a política de divulgação de atos ou fatos relevantes ("Política de Divulgação"); (ii) a política de negociação de valores mobiliários ("Política de Negociação"); (iii) a política de transações com partes relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas"); (iv) a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Remuneração"); (v) a política de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Indicação"); (vi) o regimento interno do Conselho de Administração ("Regimento Interno do Conselho de Administração"); e (vii) o regimento interno do Comitê de Auditoria ("Regimento Interno do Comitê de Auditoria") (sendo a Política de Divulgação, a Política de Negociação, a Política de Gestão de Riscos, a Política de Transações com Partes Relacionadas, a Política de Remuneração, a Política de Indicação, o Código de Ética, o Regimento Interno do Conselho de Administração e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, em conjunto, definidos como "Políticas de Governança Corporativa").

As Políticas de Governança Corporativas estabelecem padrões de conduta, regras internas para alinhamento com os valores da Companhia, procedimentos e práticas para adequação ao perfil e riscos identificados, frequência de avaliação e demais assuntos relacionados. O inteiro teor das Políticas de Governança Corporativa pode ser acessado no website da Companhia (ri.meliuz.com.br).

Entre os principais instrumentos, procedimentos e práticas utilizados pela Companhia para gestão de seu programa de integridade estão (i) o Canal de Denúncias, conforme descrito no item (b), abaixo, por meio do qual o descumprimento de quaisquer diretrizes éticas e de outras políticas de integridade podem ser reportadas à Comissão de Ética da Companhia, com a finalidade identificar e remediar e/ou punir a ocorrência de condutas irregulares, ilegais, fraudes ou quaisquer outros descumprimentos à legislação; (ii) ações de comunicação e treinamento periódicos, gerais e específicos, sobre as diretrizes de ética e conduta da Companhia, que visam a conscientizar e facilitar a compreensão dos colaboradores da Companhia quanto as diretrizes, regras e responsabilidades a serem cumpridas no âmbito do programa de integridade; e (iii) a entrega de cópia do Código de Ética e Conduta da Companhia a seus colaboradores, contra a assinatura de um "Termo de Adesão", pelo qual o colaborador atesta sua ciência sobre as normas de conduta e obriga-se a cumpri-las.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação que tem por objetivo monitorar a operação da Companhia e avaliar periodicamente sua exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*) de acordo com a política previamente aprovada. Para o auxílio na definição das diretrizes e metodologia de gestão de riscos e controles internos, além de métricas de mensuração da tolerância e apetite aos riscos, o Conselho de Administração conta com o Comitê de Auditoria. As competências destes dois órgãos da Administração encontram-se descritas no item 5.1 (a) deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, compete à Auditoria Interna: (i) o monitoramento do ambiente de controles internos e a efetividade da gestão de riscos; (ii) execução dos testes de controles de acordo com o planejamento da auditoria e reportar os resultados ao Comitê de Auditoria; (iii) verificação da implementação dos planos de ação e sua eficácia; (iv) Identificação da necessidade de priorização de ações a partir dos resultados dos processos de riscos em execução, bem como ampliar o ambiente de testes substantivos ou o monitoramento contínuo em função de novos riscos ou agravamento de riscos previamente mapeados; (v) identificação e apontamento de oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de riscos; e (v) Emissão de opinião formal sobre os controles internos testados no ciclo anual de auditoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Por fim, a companhia conta com uma Comissão de Ética e Conduta, responsável por supervisionar a aplicação do Código de Ética.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia adota um Código de Ética que foi devidamente atualizado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2021. O Código de Ética define os valores e princípios da Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus colaboradores nas suas relações internas e com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral.

O inteiro teor do Código de Ética pode ser acessado no *website* da Companhia (ri.meliuz.com.br).

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

As disposições do Código de Ética da Companhia se aplicam, irrestritamente, a todos os colaboradores e administradores da Companhia e de suas controladas. Os preceitos estabelecidos devem ser observados em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral. Além disso, o Código de Ética estabelece que os princípios éticos e padrões de conduta previstos no documento devem ser observados por todos os fornecedores, clientes e parceiros da Companhia.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Os empregados, bem como todas as pessoas que mantém vínculo estatutário com a Companhia, recebem treinamento no momento de ingresso na Companhia, sendo objeto de estruturação pela Companhia o fornecimento de treinamentos periódicos aos seus colaboradores.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Ética da Companhia prevê a adoção de medidas disciplinares em caso de violações. Essas medidas podem ser, dentre outras: (i) advertência; (ii) suspensão; (iii) desligamento do colaborador; (iv) encerramento da relação contratual existente com a Companhia, ou, ainda, (v) propositura de ações judiciais. A Companhia conta com uma Comissão de Ética e Conduta, responsável por tomar conhecimento das denúncias e concluir, por meio de processo formal, se ocorreu violação ao Código de Ética e Conduta e, em sendo o caso, definir quais medidas serão aplicadas ao infrator.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia disponibiliza canal para comunicação de denúncias de quaisquer comportamentos não éticos, violações à legislação, à regulação e a quaisquer de suas políticas, códigos e regimentos internos. O canal de denúncias da Companhia é disponibilizado aos seus colaboradores e quaisquer terceiros, admitindo-se denúncias anônimas. O canal de denúncias pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: <https://ouvidordigital.com.br/meliuz/>

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias é interno. Todas as denúncias são tratadas com o sigilo e as respectivas informações são acessadas apenas pelas pessoas envolvidas no processo de investigação, cujo processo varia conforme seu grau de criticidade, de forma a prevenir que nenhuma conclusão seja tomada precipitadamente, sem que os fatos e as circunstâncias tenham sido objetivamente investigados e avaliados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de colaboradores e de terceiros.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

A Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizaram denúncias de boa-fé e a Companhia se compromete a proteger sua identidade, caso assim o denunciante prefira.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Comissão de Ética é responsável pela proposição de ações quanto à disseminação e cumprimento do Código, de modo a assegurar a sua eficácia e efetividade. A Comissão de Ética analisará e deliberará sobre as denúncias recebidas considerando-se o seu grau de criticidade, sempre zelando pelo sigilo e, importância dada a respectiva denúncia. Cabe à Comissão de Ética decidir, por meio de processo formal, sobre as penalidades que serão aplicadas a cada fato objeto de denúncia.

Casos denunciados, que tiverem por escopo questões contábeis e fiscais, bem como denúncias que envolvam membros da Administração da Companhia (conselheiros e diretores) além da Comissão de Ética, o caso será reportado também ao Comitê de Auditoria da Companhia, que acompanhará e dará suporte às decisões da Comissão de Ética.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares:

Além dos mecanismos já descritos neste item 5.4, a Companhia realiza procedimentos específicos quando da realização de fusões, aquisições e reestruturações societárias, visando à identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares, tais como a realização de auditoria física e financeira. Quando aplicável, são contratados assessores jurídicos e auditores com a finalidade de avaliar e compreender o ambiente de *compliance* e identificar potenciais riscos de corrupção e fraude, e de análise reputacional das pessoas jurídicas envolvidas.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.6 - Outras informações relevantes****Gestão de riscos e instrumentos financeiros****Considerações gerais e políticas**

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

Em Milhares de R\$	31/03/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras	158.218	328.129	9.837	10.884

Risco de crédito

O risco de crédito se baseia na concentração de receita que a Companhia tem, em 31 de março de 2021, de 54,8% em três clientes. O restante é pulverizado em centenas de clientes finais, com os quais a Companhia tem relacionamento direto. O resultado dessa gestão de crédito está refletido na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 5 às Informações Trimestrais – ITR referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

A Companhia está sujeita a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com (i) as Informações Trimestrais - ITR da Companhia para o período de três meses findo em 31 de março de 2021, e (ii) as demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil dos Arrendamentos (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2020 e 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso do arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. Desta forma, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 contempla o impacto da adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2) no montante de R\$1,3 milhão e R\$1,0 milhão, respectivamente, referente a despesa de depreciação do ativo de direito de uso (arrendamento mercantil) e de R\$0,1 milhão e R\$0,3 milhão, respectivamente, referente aos juros pela atualização do passivo de arrendamento. Os pagamentos dos contratos de arrendamento, que foram escopo da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2), totalizaram o montante de R\$1,5 milhão e de R\$1,0 milhão, respectivamente, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020. Em junho de 2020, devido à crise sanitária causada pela COVID-19, o contrato do imóvel da sede da matriz foi cancelado, pela colocação de todo o time no regime de teletrabalho e foi realizado um aditivo no contrato do imóvel da filial, para o não reajuste dos valores contratados. Os impactos contábeis da baixa pelo cancelamento e baixa pelo acordo de não reajuste no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram uma redução de R\$1,5 milhão e R\$17 mil no arrendamento mercantil a pagar e R\$1,6 milhão e R\$7 mil no arrendamento mercantil – direito de uso, respectivamente.

Para informações sobre desdobramentos decorrentes da pandemia do COVID-19 bem como medidas adotadas, vide os itens 3.9 e 10.9 deste Formulário de Referência.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações contábeis ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

(a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de março de 2021, o Ativo Circulante da Companhia era de R\$ 266,2 milhões, e era superior em R\$ 244,4 milhões ao Passivo Circulante, que foi de R\$ 21,8 milhões, representando um Índice de Liquidez Corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante) de 12,2. Em 31 de dezembro de 2020, o índice de liquidez corrente era de 18,5, em 31 de dezembro de 2019, era de 1,8, e, em 31 de dezembro de 2018, era de 1,36.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de março de 2021, 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o índice de Endividamento Total (representado pela soma do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante dividido pelo Patrimônio Líquido) era de 0,07; 0,06; 0,65; e 1,66; respectivamente. Essa variação é reflexo do aumento do Patrimônio Líquido devido à Oferta Pública de Ações realizada em novembro de 2020.

Considerando o saldo de caixa e equivalentes de caixa e o baixo índice de endividamento da Companhia mencionado acima, a administração acredita que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com as suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

Adicionalmente, os Diretores esclarecem que, em 29 de maio de 2020, foi contratada pela Companhia, a Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo para Capital de Giro, junto ao Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$5,0 milhões, a uma taxa de juros anual de 9,77%, a ser paga em 24 parcelas mensais, vencendo a primeira em 29 de junho de 2020, a qual conta como garantia, um contrato particular de cessão fiduciária de cotas de fundo de investimento, envolvendo 9.608,16 cotas do 40046/201-TRUST DI, gerido/administrado pelo Itaú Unibanco S.A., com valor líquido total, na data de contratação, de R\$ 2,5 milhões. Adicionalmente, em 2 de julho de 2020, a Companhia contratou empréstimo bancário para fins de capital de giro junto ao Banco Santander, por meio da Cédula de Crédito nº 00331230300000007800. O valor captado foi de R\$8,0 milhões, a serem pagos em 22 parcelas mensais iguais e sucessivas, sendo os dois primeiros meses de carência total, com remuneração à taxa de juros de 0,38% ao mês. A Companhia aplicou R\$4,0 milhões em títulos de capitalização como garantia do contrato.

Os Diretores esclarecem que os empréstimos acima foram celebrados, tendo em vista a oportunidade à época de reforçar o histórico de crédito da Companhia junto aos Bancos, e ter acesso a recursos adicionais, em virtude do cenário de incerteza econômico imposto pela pandemia do COVID-19, que impôs dificuldades de previsibilidade quanto ao desdobramento da pandemia e efeitos na economia global. Em virtude de tal fato, a Companhia optou por captar tais recursos, considerando também como fator de decisão, que a taxa de juros básico da economia brasileira alcançou este ano níveis históricos mais baixos em relação a anos anteriores. Ambos os empréstimos foram liquidados integralmente em novembro de 2020.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das suas operações, apresentando uma proporção equilibrada entre capital próprio e de terceiros, conforme evidenciado na tabela abaixo:

A Companhia apresentou, em 31 de março de 2021, e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a seguinte estrutura de capital:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	24.875	19.718	14.918	13.076
Capital próprio (patrimônio líquido)	373.930	357.484	22.894	7.860
Capital total (terceiros + próprio)	398.805	377.202	37.812	20.936
Parcela de capital de terceiros	6,2%	5,2%	39,5%	62,5%
Parcela de capital próprio	93,8%	94,8%	60,5%	37,5%

Em 31 de dezembro de 2020, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$357.484 mil, passando para R\$ 373.930 mil em 31 de março de 2021. Este aumento decorreu, principalmente, do lucro líquido apurado entre essas datas e do aumento das reservas de capital.

Em 31 de dezembro de 2019, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$ 22.894 mil, passando para R\$ 357.484 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento decorreu, principalmente, da Oferta Pública de Ações realizada em novembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$7.860 mil, passando para R\$ 22.894 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento decorreu, principalmente, de resultados de gastos com marketing e estruturação da empresa realizados em 2018, os quais ocasionaram o aumento da receita líquida da Companhia e, conseqüentemente, do lucro líquido. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia deixou de apresentar resultados negativos e passou a gerar lucros.

(c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia, por meio da análise dos indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa da Companhia, entendem que a Companhia tem a capacidade de honrar com as obrigações de curto, médio e longo prazo existentes.

A tabela abaixo apresenta a Dívida Bruta e o Caixa Líquido da Companhia nas referidas datas.

(R\$ mil)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Dívida Bruta ⁽¹⁾	(1.309)	(209)	(2.724)	-
Caixa Líquido ⁽¹⁾	232.837	330.998	7.257	11.127

(1) A Dívida Bruta se refere ao total de empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil a pagar. O Caixa Líquido refere-se ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalente de caixa. Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil dos Arrendamentos (IFRS 16/CPC 06 (R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras em 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) e, por isto, a Dívida Bruta e o Caixa Líquido não são comparáveis com os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2020, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. A Dívida Bruta e o Caixa Líquido não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BRGAAP e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e o Caixa Líquido de maneira diferente da calculada pela Companhia. Para a reconciliação da Dívida Bruta e do Caixa Líquido vide seção 3.2 deste Formulário de Referência.

Assim, considerando nosso baixo endividamento e nosso fluxo de caixa, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos da pandemia do COVID-19 que ainda se perpetua na economia brasileira, nas nossas operações e fluxos de caixa futuros.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais, bem como no período de três meses findo em 31 de março de 2021, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e a utilização de empréstimo e financiamento de terceiros, conforme descrito no item 10.1(f) abaixo.

Além das fontes de recursos listadas acima, em 2020, a Companhia captou recursos no mercado financeiro, através da emissão de novas ações na Oferta Pública Inicial de Ações, concluída em dezembro de 2020. Os recursos captados serão fundamentais para implantação do plano estratégico da Companhia para os próximos anos, relacionados a: (i) ampliar a participação da Companhia nos mercados em que já atua: *marketplace* e serviços financeiros e (ii) potenciais aquisições de empresas consideradas estratégicas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e, caso necessário, empréstimos e financiamentos de terceiros como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

Não obstante as fontes de financiamento acima destacadas terem sido suficientes no passado, eventuais impactos do COVID-19 nas operações da Companhia podem justificar, no futuro e, caso os Diretores da nossa Companhia julguem pertinente, a utilização de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais temos relacionamento não só para financiar eventuais aquisições ou investimentos em ativos não circulantes, mas também para financiar nossa necessidade de capital de giro no curto prazo, principalmente enquanto persistirem os efeitos da pandemia.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de março de 2021, o saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia de R\$1.207 mil, é referente a valores tomados pela controlada Picodi do governo polonês para fins de auxílio durante a pandemia do COVID-19. Devido à sua natureza extraordinária, esse empréstimo não incorre em juros e também não possui garantia.

O empréstimo foi contratado e disponibilizado em maio de 2020 no valor total de R\$1.207 mil. A amortização do empréstimo será realizada no limite de aproximadamente 50% de seu valor total, conforme acordado com o governo polonês, com pagamentos mensais no período compreendido entre julho de 2021 a junho de 2023.

Os dois empréstimos contratados durante o ano de 2020, mencionados no item 10.1 (a) foram liquidados integralmente em novembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não apresentava saldo de empréstimos e financiamentos.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos últimos três exercícios sociais, e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) acima.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Em 31 de março de 2021, não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia. No entanto, esclarece-se que, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no Passivo Exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Em 31 de março de 2021, o saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia de R\$1.207 mil, é referente a valores tomados pela controlada Picodi do governo polonês para fins de auxílio

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

durante a pandemia do COVID-19. Devido à sua natureza extraordinária, esse empréstimo não incorre em juros e também não possui garantia.

O referido empréstimo impõe determinadas obrigações à Picodi quanto a destinação dos recursos provenientes do empréstimo, os quais (i) devem ser utilizados exclusivamente para cobrir as despesas da Companhia quanto ao exercício das suas atividades, o que não incluiria, por exemplo, a utilização de recursos para aquisição de outras entidades, realização de pagamentos aos acionistas e pessoas relacionadas aos acionistas (incluindo dividendos ou equivalentes) e (ii) somente podem ser utilizados para pagamento de outras dívidas até o limite de 25% do referido empréstimo concedido. O empréstimo também impõe a necessidade de notificação da contraparte caso haja a cessação e suspensão das atividades de Picodi e de demais eventos que possam prejudicar de forma relevante o adimplemento das obrigações do empréstimo pela Picodi. Adicionalmente, o contrato prevê que os termos do contrato não podem ser cedidos e/ou transferidos pela Picodi, sem o consentimento do governo polonês. Não obstante, o contrato não contém restrições expressas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos (que não pagos com o empréstimo concedido), à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à transferência de controle societário.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispõe de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das Informações Trimestrais – ITR da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021 e das demonstrações contábeis auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, comparadas conforme especificado a seguir:

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020

<i>R\$ milhares, exceto percentuais</i>	<i>31/03/2021</i>	<i>AV</i>	<i>31/03/2020</i>	<i>AV</i>	<i>AH</i>
Receitas líquidas	51.810	100,0%	31.648	100,0%	63,7%
<i>Despesas operacionais</i>	<i>(47.345)</i>	<i>-91,4%</i>	<i>(22.501)</i>	<i>71,1%</i>	<i>110,4%</i>
<i>Despesas com cashback</i>	<i>(21.181)</i>	<i>-40,9%</i>	<i>(14.573)</i>	<i>46,0%</i>	<i>45,3%</i>
<i>Despesas com pessoal</i>	<i>(7.793)</i>	<i>-15,0%</i>	<i>(3.965)</i>	<i>12,5%</i>	<i>96,5%</i>
<i>Despesas comerciais e de marketing</i>	<i>(7.048)</i>	<i>13,6%</i>	<i>(311)</i>	<i>1,0%</i>	<i>2.166,2%</i>
<i>Despesas com softwares</i>	<i>(2.529)</i>	<i>-4,9%</i>	<i>(1.803)</i>	<i>-5,7%</i>	<i>40,3%</i>
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	<i>(914)</i>	<i>-1,8%</i>	<i>(519)</i>	<i>-1,6%</i>	<i>76,1%</i>
<i>Serviços de terceiros</i>	<i>(7.451)</i>	<i>-14,4%</i>	<i>(761)</i>	<i>-2,4%</i>	<i>879,1%</i>
<i>Depreciação e amortização</i>	<i>(450)</i>	<i>-0,9%</i>	<i>(545)</i>	<i>-1,7%</i>	<i>-17,4%</i>
<i>Outros</i>	<i>21</i>	<i>-</i>	<i>(24)</i>	<i>-0,1%</i>	<i>-187,5%</i>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	4.465	8,6%	9.147	28,9%	-51,2%
<i>Resultado financeiro</i>	<i>427</i>	<i>0,8%</i>	<i>(209)</i>	<i>-0,7%</i>	<i>-304,3%</i>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	4.892	9,4%	8.938	28,2%	-45,3%
<i>Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)</i>	<i>(1.875)</i>	<i>-3,6%</i>	<i>(2.745)</i>	<i>-8,7%</i>	<i>-31,7%</i>
Lucro líquido do período	3.017	5,8%	6.193	19,6%	-51,3%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receitas líquidas

As Receitas Líquidas no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foram de R\$51.810 mil comparada com R\$31.648 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$20.162 mil ou 63,7%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento dos negócios da Companhia, oriundo do fortalecimento das vendas do marketplace e do aumento do número de usuários do cartão de crédito. A plataforma da Companhia possui hoje mais de 16 milhões de contas. Adicionalmente, no período de três meses findo em 31 de março de 2021 houve o reconhecimento das receitas líquidas advindas da aquisição da Picodi no montante de R\$2,6 milhões, que passou a ser consolidada pela Companhia a partir da data de aquisição e, consequente, obtenção de controle em 26 de fevereiro 2021.

Despesas operacionais

As despesas operacionais no período de três meses findo em 31 de março de 2021 totalizaram R\$47.345 mil comparado com R\$22.501 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, representando um aumento de R\$24.844 mil ou 110,4%. Tal crescimento nas despesas operacionais se deveu, principalmente, ao aumento de (i) R\$6.737 mil ou 2.166,2% das despesas comerciais e de *marketing* no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021 quando comparado ao mesmo período do ano anterior quando totalizou R\$311 mil, em razão do início do investimento da Companhia em marketing pago (como campanhas e influenciadores); (ii) R\$6.690 mil ou 879,1% despesas de terceiros no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021 quando comparado ao mesmo período do ano anterior quando totalizou R\$761 mil, devido principalmente aos serviços jurídicos e de consultoria dos processos de M&A; (iii) R\$6.608 mil ou 45,3% das despesas com *cashback* no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021 quando comparado ao mesmo período do ano anterior quando totalizou R\$14.573 mil devido, principalmente, ao aumento de vendas para nossos parceiros; e (iv) R\$3.828 mil ou 96,5% das despesas com pessoal no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021 quando comparado ao mesmo período do ano anterior quando totalizou R\$3.965 mil devido, principalmente, ao aumento do número de colaboradores da Companhia.

Resultado financeiro

O resultado financeiro no período de três meses findo em 31 de março de 2021 representou uma receita financeira líquida de R\$427 mil comparado com uma despesa financeira líquida de R\$209 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, representando uma variação de R\$636 mil ou 304,3%. Este aumento é atribuído, substancialmente, ao aumento nos rendimentos das aplicações financeiras dado o maior volume investido a partir dos recursos levantados pela oferta pública inicial de ações da Companhia realizada em 2020.

Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos totalizou R\$1.875 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2021, comparado a R\$2.745 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, representando uma redução de R\$870 mil ou 31,7%. Esta redução é atribuída, substancialmente, a redução no lucro tributável impacto, principalmente, pela redução no resultado antes dos tributos sobre o lucro.

Lucro líquido do período

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o lucro líquido no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$3.017 mil comparado com R\$6.193 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, representando uma redução de R\$3.176 mil ou 51,3%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

<i>R\$ milhares, exceto percentuais</i>	<i>31/12/2020</i>	<i>AV</i>	<i>31/12/2019</i>	<i>AV</i>	<i>AH</i>
Receitas líquidas	125.390	100,0%	81.504	100,0%	53,8%
<i>Despesas operacionais</i>	(96.908)	-77,3%	(72.894)	-89,4%	32,9%
<i>Despesas com cashback</i>	(59.104)	-47,1%	(39.701)	-48,7%	48,9%
<i>Despesas com pessoal</i>	(18.416)	-14,7%	(18.070)	-22,2%	1,9%
<i>Despesas comerciais e de marketing</i>	(8.116)	-6,5%	(2.469)	-3,0%	228,7%
<i>Despesas com softwares</i>	(5.772)	-4,6%	(4.430)	-5,4%	30,3%
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	(1.480)	-1,2%	(1.469)	-1,8%	0,7%
<i>Serviços de terceiros</i>	(2.470)	-2,0%	(3.434)	-4,2%	-28,1%
<i>Depreciação e amortização</i>	(1.769)	-1,4%	(1.972)	-2,4%	-10,3%
<i>Outros</i>	219	0,2%	(1.349)	-1,7%	-116,2%
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	28.482	22,7%	8.610	10,6%	230,8%
<i>Resultado financeiro</i>	(255)	-0,2%	(300)	-0,4%	-15,0%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	28.227	22,5%	8.310	10,2%	239,7%
<i>Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)</i>	(8.597)	-6,9%	6.724	8,2%	-227,9%
Lucro líquido do exercício	19.630	15,7%	15.034	18,4%	30,6%

Receitas líquidas

As receitas líquidas do exercício social de 2020 foi de R\$125.390 mil comparada com R\$81.504 mil no exercício social de 2019, representando um aumento de R\$ 43.886 mil ou 53,8%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do tráfego e compras realizadas pelos usuários, antigos e novos, junto aos parceiros comerciais da Companhia.

Despesas operacionais

As despesas operacionais do exercício social de 2020 totalizaram R\$96.908 mil comparado com R\$72.894 mil no exercício social de 2019, representando um aumento de R\$ 24.014 mil ou 32,9%. Este aumento é atribuído, substancialmente, ao aumento de (i) R\$19.403 mil das despesas com *cashback* no exercício de 2020 quando comparado ao exercício anterior, refletindo o crescimento operacional da Companhia, sendo: o aumento nas despesas com *cashback* atribuído, substancialmente, ao crescimento da base de usuários e, consequentemente, ao aumento de transações originadas na plataforma da Companhia, acompanhando um aumento das receitas líquidas geradas por estes usuários; (ii) R\$5.647 mil das despesas comerciais e de marketing devido, principalmente, aos maiores investimentos da Companhia em marketing pago; e (iii) R\$1.342 mil nas despesas com softwares devido, principalmente, à contratação de novas licenças de software no exercício de 2020 quando comparado ao exercício anterior. Este aumento foi parcialmente compensado pela redução de algumas despesas, como viagens, transporte e despesas com escritório.

Resultado financeiro

O resultado financeiro do exercício social de 2020 representou uma despesa financeira líquida de R\$255 mil comparado com R\$300 mil no exercício social de 2019, representando uma redução de R\$45 mil ou 15,0%. Esta redução é atribuída substancialmente ao aumento nos rendimentos das aplicações financeiras dado o maior volume investido a partir dos recursos levantados pela oferta pública inicial de ações da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)***

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício social de 2020 representou uma despesa de R\$8.597 mil, comparado a um crédito de R\$6.724 mil no exercício social de 2019, representando uma variação de R\$15.321 mil ou 227,9%. Esta variação é atribuída substancialmente ao aumento no lucro tributável refletindo o incremento das operações da Companhia, seguido pelo aumento do imposto diferido e pelo impacto dos efeitos fiscais de valores contabilizados diretamente no patrimônio líquido, como os custos incorridos na oferta pública inicial de ações da Companhia.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o lucro líquido do exercício social de 2020 foi de R\$19.630 mil comparado com R\$15.034 mil no exercício social de 2019, representando um aumento de R\$4.596 mil ou 30,6%.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

<i>R\$ milhares, exceto percentuais</i>	<i>31/12/2019</i>	<i>AV</i>	<i>31/12/2018</i>	<i>AV</i>	<i>AH</i>
<i>Receitas líquidas</i>	81.504	100,0%	44.533	100,0%	83,0%
<i>Despesas operacionais</i>	(72.894)	-89,4%	(52.257)	-117,3%	39,5%
<i>Despesas com cashback</i>	(39.701)	-48,7%	(22.479)	-50,5%	76,6%
<i>Despesas com pessoal</i>	(18.070)	-22,2%	(14.307)	-32,1%	26,3%
<i>Despesas comerciais e de marketing</i>	(2.469)	-3,0%	(5.465)	-12,3%	-54,8%
<i>Despesas com softwares</i>	(4.430)	-5,4%	(1.777)	-4,0%	149,3%
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	(1.469)	-1,8%	(3.052)	-6,9%	-51,9%
<i>Serviços de terceiros</i>	(3.434)	-4,2%	(2.766)	-6,2%	24,2%
<i>Depreciação e amortização</i>	(1.972)	-2,4%	(500)	-1,1%	294,4%
<i>Outros</i>	(1.349)	-1,7%	(1.911)	-4,3%	-29,4%
<i>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</i>	8.610	10,6%	(7.724)	-17,3%	-211,5%
<i>Resultado financeiro</i>	(300)	-0,4%	205	0,5%	-246,3%
<i>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</i>	8.310	10,2%	(7.519)	-16,9%	-210,5%
<i>Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)</i>	6.724	8,2%	-	-	-
<i>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</i>	15.034	18,4%	(7.519)	-16,9%	-299,9%

Receita líquida

As receitas líquidas do exercício social de 2019 foi de R\$81.504 mil comparada com R\$44.533 mil no exercício social de 2018, representando um aumento de R\$36.971 mil ou 83,0%. Este aumento é atribuído substancialmente ao considerável crescimento dos negócios da Companhia. Os investimentos da Companhia no desenvolvimento de melhorias na Plataforma, aumentando muito a qualidade da experiência do usuário ocorrem desde o segundo semestre de 2018, cujos resultados foram observados ao longo do exercício social de 2019. Na mesma linha, as políticas adotadas para aumentar o alcance da plataforma e aquisição de usuários e, com isso, expandiu a base de usuários cadastrados de 4,6 milhões em junho de 2018 para 7,7 milhões em junho de 2019. Os novos usuários adquiridos no segundo semestre de 2018 e no primeiro semestre de 2019 impactaram positivamente as receitas do exercício de 2019. Como a receita da Companhia é diretamente vinculada ao tráfego e às compras realizadas pelos usuários dos parceiros comerciais da Companhia, o aumento do número de usuários naturalmente leva ao aumento da receita.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas operacionais

As despesas operacionais do exercício social de 2019 foi de R\$72.894 mil comparado com R\$52.257 mil no exercício social de 2018, representando um aumento de R\$20.637 mil. Este aumento se deve principalmente, ao incremento das (i) despesas com *cashback* e despesas com pessoal, acompanhando o crescimento das receitas da Companhia; e (ii) despesas com *softwares*, nas quais houve um aumento do custo devido à necessidade de escalar os servidores e softwares para suportar o crescimento da Companhia em número de usuários e acessos aos seus serviços. O aumento das despesas operacionais foi parcialmente compensado pela redução nas despesas comerciais e de marketing devido a revisão das estratégias da Companhia, despendendo mais esforços e resultados em canais orgânicos e menos em canais pagos, além da redução da participação como patrocinadora em eventos setoriais.

Resultado financeiro

O resultado financeiro do exercício social de 2019 representou uma despesa financeira líquida de R\$300 mil comparado com uma receita financeira líquida de R\$205 mil no exercício social de 2018, representando uma variação de R\$505 mil ou 246,3%. Essa variação do resultado financeiro pode ser atribuída, principalmente, a encargos sobre financiamento, atribuído ao arrendamento mercantil e juros pagos no período.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício social de 2019 representou um crédito de R\$6.724 mil, não tendo apresentado saldo no exercício social de 2018. A Companhia teve R\$2.036 mil despesa de imposto de renda e contribuição social corrente no exercício de 2019, devido à lucratividade observada, entretanto, no exercício social de 2019, foi reconhecido um ativo diferido de R\$8.760 mil sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de anos anteriores devido à expectativa de lucros tributáveis em exercícios seguintes.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o lucro líquido do exercício social de 2019 foi de R\$15.034 mil comparado com prejuízo de R\$7.519 mil no exercício social de 2018.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVO - R\$ milhares, exceto percentuais					
CIRCULANTES	31/03/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Caixa e equivalentes de caixa	234.146	58,7%	331.207	87,8%	-29,3%
Contas a receber	24.179	6,1%	17.890	4,7%	35,2%
Tributos a recuperar	3.484	0,9%	1.127	0,3%	209,1%
Outros ativos	4.423	1,1%	4.455	1,2%	-0,7%
Total do ativo circulante	266.232	66,8%	354.679	94,0%	-24,9%
NÃO CIRCULANTES	31/03/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Tributos diferidos	11.739	2,9%	12.537	3,3%	-6,4%
Outros ativos	2.776	0,7%	3.282	0,9%	-15,4%
Investimentos	1	0,0%	-	-	-
Imobilizado	3.257	0,8%	2.888	0,8%	12,8%
Arrendamento Mercantil – Direito de uso	125	0,0%	250	0,1%	-50,0%
Intangível	114.675	28,8%	3.566	0,9%	3.115,8%
Total do ativo não circulante	132.573	33,2%	22.523	6,0%	488,6%
TOTAL DO ATIVO	398.805	100%	377.202	100%	5,7%

Caixa e equivalentes de caixa (circulante)

Em 31 de março de 2021, o caixa e equivalentes de caixa totalizavam R\$234.146 mil, apresentando uma redução de R\$97.061 mil ou 29,3% em relação a 31 de dezembro de 2020, quando totalizavam R\$331.207 mil. Esta redução deveu-se principalmente à aquisição da Picodi.com, conforme detalhada nos itens 8.1 e 15.8 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Contas a receber (circulante)**

Em 31 de março de 2021, o saldo de contas a receber totalizava R\$24.179 mil, apresentando um aumento de R\$6.289 mil ou 35,2% em relação a 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$17.890 mil. Este aumento decorreu, principalmente, do crescimento das operações da Companhia com aumento de receita e consequente aumento nas contas a receber.

Tributos a recuperar (circulante)

Em 31 de março de 2021, os tributos a recuperar totalizavam R\$3.484 mil, apresentando um aumento de R\$2.357 mil ou 209,1% em relação a 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$1.127 mil. Este aumento é atribuído principalmente à valores de IRRF a recuperar e pagamentos realizados a maior, ambos disponíveis para compensação com quaisquer tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Arrendamento mercantil – Direito de uso (não circulante)

Em 31 de março de 2021, os arrendamentos mercantis de direito de uso totalizavam R\$125 mil, apresentando uma redução de R\$125 mil ou 50,0% em relação a 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R\$250 mil. Esta redução é atribuída ao novo cenário de teletrabalho impulsionado pela pandemia, já que a Companhia reduziu o espaço físico que ocupava em Belo Horizonte e renegociou o contrato do espaço físico em Manaus.

**PASSIVO E PATRIMÔNIO
LÍQUIDO - R\$ milhares, exceto
percentuais**

CIRCULANTES	31/03/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Fornecedores	2.130	0,5%	673	0,2%	216,5%
Empréstimos e financiamentos	728	0,2%	-	-	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	7.194	1,8%	5.587	1,5%	28,8%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	585	0,1%	6	0,0%	9.650,0%
Cashback	6.173	1,5%	7.983	2,1%	-22,7%
Arrendamento mercantil a pagar	102	0,0%	209	0,1%	-51,2%
Dividendos mínimos a pagar	4.686	1,2%	4.686	1,2%	0,0%
Outros passivos	176	0,0%	36	0,0%	388,9%
Total do passivo circulante	21.774	5,5%	19.180	5,1%	13,5%
NÃO CIRCULANTES	31/03/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Empréstimos e financiamentos	479	0,1%	-	-	-
Cashback	371	0,1%	538	0,1%	-31,0%
Tributos diferidos	2.251	0,6%	-	-	-
Total do passivo não circulante	3.101	0,8%	538	0,1%	476,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/03/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Total do patrimônio líquido	373.930	93,8%	357.484	94,8%	4,6%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	398.805	100,0%	377.202	100,0%	5,7%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2021 era de R\$1.207 mil, sendo que a Companhia não apresentava saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020. Tal empréstimo é proveniente de valores contratados por conta da pandemia do COVID-19 pela controlada Picodi. Devido ao cenário extraordinário, esse empréstimo não possui juros.

Imposto de renda e contribuição social a recolher (circulante)

O saldo de imposto de renda e contribuição social a recolher em 31 de março de 2021 foi de R\$585 mil, representando um aumento de R\$579 mil ou 9.650,0%, visto que em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um saldo de R\$6 mil. Este aumento é atribuído, principalmente, ao lucro fiscal apurado no primeiro trimestre de 2021. Em 2021, a Companhia optou pelo regime do Lucro Real anual com estimativas mensais, enquanto, em 2020, o regime de apuração era o Lucro Real trimestral. Para mais informações a respeito do impacto desta alteração, vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

Cashback (circulante e não circulante)

O saldo de *Cashback* em 31 de março de 2021 foi de R\$6.544 mil, representando uma redução de R\$1.977 mil ou 23,2% visto que, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um saldo de R\$8.521 mil. Esta redução é atribuída a oscilações nas curvas de tempo de resgate do cashback que variam de acordo com a origem do cashback gerado para o usuário. Diferentes origens de cashback e parceiros originadores do benefício possuem um perfil de resgate distinto. A variação nesta composição pode acelerar o resgate, diminuindo o tempo entre o momento em que o cashback é confirmado para o usuário até o resgate, fazendo com que este seja rapidamente resgatado e alterando assim o saldo de provisão de cashback.

Os Diretores da Companhia esclarecem que a provisão de *cashback* em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foi reconhecida de acordo com o modelo de mensuração da Companhia que tem como parâmetros e premissas o perfil de resgate médio do usuário (o qual considera dados históricos apurados pela Companhia), e a evolução da participação da Companhia em diferentes frentes de negócio. O referido modelo considera todo o histórico de *cashback* confirmado para os usuários agrupando-os em *cohorts* mensais por data de confirmação e avaliando-se o percentual resgatado nos meses subsequentes, de forma que o valor a ser provisionado reflita o montante que a Companhia entende que será pago aos usuários que tiveram saldo de *cashback* confirmado no período, de acordo com os termos de uso do programa e a partir de modelos de regressão utilizando estatísticas descritivas e dados históricos. Do valor provisionado, o montante solicitado de resgate por parte dos usuários é transferido para *cashback* a pagar, e quitado através de transferência bancária.

Arrendamento mercantil a pagar (circulante e não circulante)

O saldo de arrendamento mercantil a pagar em 31 de março de 2021 foi de R\$102 mil, representando uma redução de R\$107 mil ou 51,2%, visto que, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um saldo de R\$209 mil. Esta redução pode ser atribuída aos pagamentos de acordo com o cumprimento do contrato.

Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2021, o patrimônio líquido totalizava R\$373.930 mil, apresentando um aumento de R\$16.446 mil ou 4,6% em relação ao patrimônio líquido verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$357.484 mil. Este aumento é atribuído ao lucro acumulado entre os dois períodos e ao aumento na incorporação do patrimônio líquido atribuído a não controladores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019****ATIVO - R\$ milhares, exceto percentuais**

CIRCULANTES	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Caixa e equivalentes de caixa	331.207	87,8%	9.981	26,4%	3.218,4%
Contas a receber	17.890	4,7%	10.856	28,7%	64,8%
Tributos a recuperar	1.127	0,3%	377	1,0%	198,9%
Outros ativos	4.455	1,2%	756	2,0%	489,3%
Total do ativo circulante	354.679	94,0%	21.970	58,1%	1.514,4%
NÃO CIRCULANTES	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Valores a receber de partes relacionadas	-	-	122	0,3%	-100,00%
Tributos diferidos	12.537	3,3%	8.760	23,2%	43,1%
Outros ativos	3.282	0,9%	1.122	3,0%	192,5%
Imobilizado	2.888	0,8%	2.347	6,2%	23,1%
Arrendamento Mercantil – Direito de uso	250	0,1%	2.798	7,4%	-91,1%
Intangível	3.566	0,9%	693	1,8%	414,6%
Total do ativo não circulante	22.523	6,0%	15.842	41,9%	42,2%
TOTAL DO ATIVO	377.202	100,0%	37.812	100,0%	897,6%

Caixa e equivalentes de caixa (circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o caixa e equivalentes de caixa totalizavam R\$331.207 mil, apresentando um aumento de R\$321.226 mil ou 3.218,4% em relação a 31 de dezembro de 2019, quando totalizavam R\$9.981 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao ingresso dos recursos captados com a oferta pública inicial de ações da Companhia realizada em novembro de 2020.

Contas a receber (circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber totalizava R\$17.890 mil, apresentando um aumento de R\$7.034 mil ou 64,8% em relação a 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$10.856 mil. Este aumento decorreu, principalmente, pelo crescimento das operações da Companhia com aumento de receita e consequente aumento nas contas a receber.

Tributos a recuperar (circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, os tributos a recuperar totalizavam R\$1.127 mil, apresentando um aumento de R\$750 mil ou 198,9% em relação a 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$377 mil. Este aumento é atribuído principalmente à valores de IRRF a recuperar, e pagamentos realizados a maior, ambos disponíveis para compensação com quaisquer tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Valores a receber de partes relacionadas (Não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, não existiam valores a receber de partes relacionadas. O saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 122 mil. Esta redução é decorrente da baixa das contas a receber contra a Cash3 LLC, ex-controladora e holding do Méliuz S.A. em junho de 2020, devido ao encerramento da empresa Cash3 LLC.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Arrendamento mercantil – Direito de uso (não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, os arrendamentos mercantis de direito de uso totalizavam R\$ 250 mil, apresentando uma redução de R\$2.548 mil ou 91,1% em relação a 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$2.798 mil. Esta redução é atribuída ao novo cenário de teletrabalho impulsionado pela pandemia, já que a Companhia reduziu o espaço físico que ocupava em Belo Horizonte e renegociou o contrato do espaço físico em Manaus.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ milhares, exceto percentuais

CIRCULANTES	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Fornecedores	673	0,2%	300	0,8%	124,3%
Obrigações trabalhistas e tributárias	5.587	1,5%	4.489	11,9%	24,5%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	6	0,0%	906	2,4%	-99,3%
Cashback	7.983	2,1%	4.990	13,2%	60,0%
Arrendamento mercantil a pagar	209	0,1%	1.449	3,8%	-85,6%
Dividendos mínimos a pagar	4.686	1,2%	-	-	-
Outros passivos	36	0,0%	102	0,3%	-64,7%
Total do passivo circulante	19.180	5,1%	12.236	32,4%	56,8%
NÃO CIRCULANTES	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Arrendamento mercantil a pagar	-	-	1.275	3,4%	-100,0%
Cashback	538	0,1%	1.407	3,7%	-61,8%
Total do passivo não circulante	538	0,1%	2.682	7,1%	-79,9%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Total do patrimônio líquido	357.484	94,8%	22.894	60,5%	1461,5%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	377.202	100,0%	37.812	100,0%	897,6%

Imposto de renda e contribuição social a recolher (circulante)

O saldo de imposto de renda e contribuição social a recolher em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 6 mil, representando uma redução de R\$ 900 mil ou 99,3%, visto que em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um saldo de R\$ 906 mil. Esta redução é atribuída, principalmente, ao pagamento de débitos de 2019 e 2020 no ano de 2020.

Cashback (circulante e não circulante)

O saldo de *Cashback* em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 8.521 mil, representando um aumento de R\$ 2.124 mil ou 33,2% visto que em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um saldo de R\$ 6.397 mil. Este aumento é atribuído, principalmente, ao crescimento das operações da Companhia ocasionando aumento da receita e proporcional aumento do *cashback* a pagar aos usuários.

Os Diretores da Companhia esclarecem que a provisão de *cashback* em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foi reconhecida de acordo com o modelo de mensuração da Companhia que tem como parâmetros e premissas o perfil de resgate médio do usuário (o qual considera dados históricos apurados pela Companhia), e a evolução da participação da Companhia em diferentes frentes de negócio. O referido modelo considera todo o histórico de *cashback* confirmado para os

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

usuários agrupando-os em *cohorts* mensais por data de confirmação e avaliando-se o percentual resgatado nos meses subsequentes, de forma que o valor a ser provisionado reflita o montante que a Companhia entende que será pago aos usuários que tiveram saldo de *cashback* confirmado no período, de acordo com os termos de uso do programa e a partir de modelos de regressão utilizando estatísticas descritivas e dados históricos. Do valor provisionado, o montante solicitado de resgate por parte dos usuários é transferido para *cashback* a pagar, e quitado através de transferência bancária.

Arrendamento mercantil a pagar (circulante e não circulante)

O saldo de arrendamento mercantil a pagar em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$209 mil, representando uma redução de R\$2.515 mil ou 92,3%, visto que em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um saldo de R\$2.724 mil. Esta redução pode ser atribuída, principalmente, aos pagamentos em acordo com o cumprimento dos contratos, mas, principalmente, ao cancelamento de contrato de arrendamento mercantil que tinha como objeto a sede, devido à colocação de todo o quadro de funcionários em teletrabalho por causa da crise do COVID-19.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido totalizava R\$357.484 mil, apresentando um aumento de R\$334.590 mil ou 1.461,5% em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 de R\$22.894 mil. Este aumento é atribuído, principalmente, ao aumento do capital social devido à oferta pública inicial de ações da Companhia realizada em novembro de 2020.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO - R\$ milhares, exceto percentuais

CIRCULANTES	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Caixa e equivalentes de caixa	9.981	26,4%	11.127	53,1%	-10,3%
Contas a receber	10.856	28,7%	4.572	21,8%	137,4%
Tributos a recuperar	377	1,0%	784	3,7%	-51,9%
Outros ativos	756	2,0%	124	0,6%	509,7%
Total do ativo circulante	21.970	58,1%	16.607	79,3%	32,3%
NÃO CIRCULANTES	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Valores a receber de partes relacionadas	122	0,3%	79	0,4%	54,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.760	23,2%	-	-	-
Outros valores a receber	1.122	3,0%	1.122	5,4%	0,0%
Imobilizado	2.347	6,2%	2.236	10,7%	5,0%
Arrendamento Mercantil – Direito de uso	2.798	7,4%	-	-	-
Intangível	693	1,8%	892	4,3%	-22,3%
Total do ativo não circulante	15.842	41,9%	4.329	20,7%	266,0%
TOTAL DO ATIVO	37.812	100,0%	20.936	100,0%	80,6%

Caixa e equivalentes de caixa (circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, o caixa e equivalentes de caixa totalizavam R\$9.981 mil, apresentando uma redução de R\$ 1.146 mil ou 10,3% em relação a 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$11.127 mil. Essa redução decorreu, principalmente, em virtude de desembolsos realizados para investimento na estrutura operacional da Companhia, investimentos na estrutura do escritório da Companhia em Manaus, investimentos de *marketing* e aquisição paga, investimentos em folha salarial, promoções e méritos, aumento de custos com softwares e servidores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Contas a receber (circulante)**

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber era de R\$10.856 mil, apresentando aumento de R\$6.284 mil ou 137,4% em relação a 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$4.572 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento nas vendas da Companhia no exercício social de 2019, em comparação com o exercício social anterior, bem como devido ao aumento no prazo médio de recebimento, uma vez que os clientes da Companhia solicitaram, conforme negociações comerciais individuais, o aumento do prazo de pagamento de faturas, em comparação com o exercício social de 2018.

Tributos a recuperar (circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, os tributos a recuperar totalizavam R\$377 mil, apresentando uma redução de R\$407 mil ou 51,9% em relação a 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$784 mil. Essa redução ocorreu principalmente em virtude da utilização de saldo negativo de imposto de renda na compensação de tributos federais.

Outros ativos (circulante)

Em 31 de Dezembro de 2019, os outros ativos totalizavam R\$756 mil, apresentando um aumento de R\$632 mil ou 509,7% em relação a 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$124 mil. Este aumento decorreu, principalmente, de operações como pagamento de despesas antecipadas, valor colocado como caução de contrato de arrendamento mercantil, e outros títulos a receber como venda de imobilizado.

Arrendamento mercantil – Direito de uso (não circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, os o direito de uso de arrendamento mercantil totaliza R\$ 2.798 mil, e não apresentava saldo em 31 de dezembro de 2018. Esse saldo é decorrente do reconhecimento do direito de uso de imóveis alugados, em consonância com a aplicação do CPC 06/ IFRS 16, conforme detalhado no item 10.4 (a) deste Formulário de Referência.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ milhares, exceto percentuais

CIRCULANTES	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Fornecedores	300	0,8%	280	1,3%	7,1%
Obrigações trabalhistas e tributárias	4.489	11,9%	2.609	12,5%	72,1%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	906	2,4%	4	0,0%	22.550,0%
Cashback	4.990	13,2%	9.064	43,3%	-44,9%
Arrendamento mercantil a pagar	1.449	3,8%	-	-	-
Outros passivos	102	0,3%	299	1,4%	-65,9%
Total do passivo circulante	12.236	32,4%	12.256	58,5%	-0,2%
NÃO CIRCULANTES	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Arrendamento mercantil a pagar	1.275	3,4%	-	-	-
Cashback	1.407	3,7%	820	3,9%	71,6%
Total do passivo não circulante	2.682	7,1%	820	3,9%	227,1%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Total do patrimônio líquido	22.894	60,5%	7.860	37,5%	191,3%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37.812	100,0%	20.936	100,0%	80,6%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Obrigações trabalhistas e tributárias (circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou saldo relativo à Obrigações trabalhistas e tributárias de R\$4.489 mil, o que representou um aumento de R\$1.880 mil ou 72,1%, tendo em vista que o saldo em 31 de dezembro de 2018, foi de R\$2.609 mil. Esse aumento decorreu do crescimento das remunerações dos colaboradores da Companhia.

Imposto de renda e contribuição social a recolher (circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou saldo relativo ao imposto de renda e contribuição social a recolher de R\$ 906 mil, o que representou um aumento de R\$902 mil, tendo em vista que o saldo em 31 de dezembro de 2018, foi de R\$4 mil. Esse aumento decorreu do resultado positivo do exercício de 2019, que findou em lucro tributável.

Cashback (circulante e não circulante)

O saldo de *cashback* em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$6.397 mil, representando uma redução de R\$3.487 mil ou 35,3%, visto que em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um saldo de R\$9.884 mil. Essa redução decorreu de uma combinação de fatores sendo os principais: (a) alteração na composição do saldo de *cashback* quanto à transação originária deste a saber que diferentes produtos, serviços, parceiros e usuários apresentam diferentes perfis de resgate do valor, de modo que a alteração nesta composição altera os fluxos de resgate e, neste caso, consumindo o saldo provisionado; (b) revisão do modelo de provisão do *cashback* para refletir os novos perfis de resgate de acordo com a melhor estatística à época. Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar o perfil dos clientes e seu padrão histórico de resgate de *cashback*. Tais alterações podem refletir em mudanças no saldo de *cashback*, assim como no valor a ser provisionado.

Os Diretores da Companhia esclarecem que a provisão de *cashback* em 31 de dezembro de 2019 foi reconhecida de acordo com o modelo de mensuração da Companhia que tem como parâmetros e premissas o perfil de resgate médio do usuário (o qual considera dados históricos apurados pela Companhia), e a evolução da participação da Companhia em diferentes frentes de negócio. O referido modelo considera todo o histórico de *cashback* confirmado para os usuários agrupando-os em *cohorts* mensais por data de confirmação e avaliando-se o percentual resgatado nos meses subsequentes, de forma que o valor a ser provisionado reflita o montante que a Companhia entende que será pago aos usuários que tiveram saldo de *cashback* confirmado no período, de acordo com os termos de uso do programa e a partir de modelos de regressão utilizando estatísticas descritivas e dados históricos. Do valor provisionado, o montante solicitado de resgate por parte dos usuários é transferido para *cashback* a pagar, e quitado através de transferência bancária. A provisão de *cashback* em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecida de acordo com a soma do saldo de *cashback* confirmado acima de R\$ 20,00 de cada usuário. O referido modelo não considerava o histórico de resgates, porém até 31 de dezembro de 2018 a Companhia entendia que este modelo refletia o montante que seria pago aos usuários, de acordo com os termos de uso do programa. Do valor provisionado, o montante solicitado de resgate por parte dos usuários é transferido para *cashback* a pagar, e quitado através de transferência bancária.

Arrendamento mercantil a pagar (circulante e não circulante)

O saldo de arrendamento mercantil a pagar em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$2.724 mil, representando um aumento de R\$2.724 mil, visto que em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía saldo. Esse saldo é decorrente do reconhecimento da obrigação com arrendamento mercantil do direito de uso de imóveis alugados, em consonância com a aplicação do CPC 06/ IFRS 16, conforme detalhado no item 10.4 (a) deste Formulário de Referência.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era R\$22.894 mil, apresentando um aumento de R\$15.034 mil em relação a 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$7.860 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude do lucro líquido apurado no exercício de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**FLUXO DE CAIXA**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao Fluxo de Caixa da Companhia para os períodos indicados:

	Período de três meses encerrado em		Exercício social encerrado em		
	31 de março de		31 de dezembro de		
(em milhares de reais)	2021	2020	2020	2019	2018
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	6.205	5.231	19.828	1.962	(6.099)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(103.159)	(205)	(5.761)	(1.701)	(1.189)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(107)	(362)	307.159	(1.407)	(79)

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$6,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021 em comparação a R\$5,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020, decorrente, principalmente, pelo aumento de R\$5,3 milhões no caixa líquido gerado pelo contas a receber de clientes no período de três meses findo em 31 de março de 2021 quando comparado ao mesmo período de 2019, parcialmente compensado pela redução no resultado antes dos tributos sobre o lucro de R\$4,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021 quando comparado ao mesmo período de 2020.

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 19,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em comparação a R\$2,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, decorrente, principalmente, da melhora nas operações da Companhia ocasionando um aumento de R\$19,9 milhões no resultado antes dos tributos sobre o lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, quando comparado ao exercício de 2019.

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 2,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em comparação ao caixa líquido utilizado nas atividades operacionais de R\$6,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, decorrente, principalmente, da melhora nas operações da Companhia, demonstrada pelo aumento no lucro líquido ajustado entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, e do maior impacto no caixa referente aos gastos com *cashback* entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Atividades de Investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$103,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021, em comparação a R\$205 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, decorrente, principalmente, da aquisição de 51,2% da Picodi.com no valor de R\$118,6 milhões, conforme detalhado nos itens 8.1 e 15.8 deste Formulário de Referência. Esclarece-se ainda, que o caixa oriundo da combinação de negócios compensou parcialmente a queima de caixa relativo às atividades de financiamento.

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$5,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$1,7 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, decorrente, principalmente, do investimento em título de capitalização junto ao Banco Santander, adquirido como garantia do empréstimo tomado com o mesmo banco, que poderá ser resgatado apenas após julho de 2021, mesmo o empréstimo já tendo sido liquidado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$1,7 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em comparação a R\$1,2 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, decorrente, principalmente, dos investimentos em intangível que a Companhia fez para expandir suas atividades.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento somou R\$107 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2021, contra R\$362 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020, decorrente dos pagamentos de arrendamentos no período.

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento somou R\$307,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado ao caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento de R\$1,4 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, decorrente, principalmente, pela integralização de capital decorrente da Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia ocorrida no exercício de 2020.

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$1,4 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, contra R\$0,1 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, decorrente, principalmente do pagamento de arrendamento pela adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A origem das receitas da Companhia no período de três meses findo em 31 de março de 2021 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 decorrem das atividades principais da Companhia, de veiculação e divulgação de material publicitário e de intermediação de negócios. Especificamente a partir do período de três meses findo em 31 de março de 2021, as receitas da Companhia passaram a ser compostas por receita decorrente das atividades da Companhia não somente no Brasil, mas também no exterior. Nesse sentido, a Companhia atua com a divulgação de produtos e serviços de parceiros, mediante o desenvolvimento e exploração de uma plataforma composta por portal/website e um aplicativo mobile ("Plataforma"). As receitas da Companhia são decorrentes dos valores recebidos dos Parceiros, que podem variar entre valores fixos pela exibição de seus produtos ou serviços ou percentuais sobre as vendas geradas pela plataforma. O *Cashback* pago aos Usuários é considerado um investimento para a Companhia, na medida em que é em grande parte responsável pelo grande fluxo de Usuários – ao mesmo tempo, os valores pagos como *Cashback* são tratados como uma despesa para a Companhia.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que respaldaram os Resultados Operacionais representam o crescimento do número de usuários e o constante desenvolvimento e aprimoramento da plataforma e suas funcionalidades. As receitas da Companhia são diretamente relacionadas ao tráfego e às compras realizadas pelos usuários dos parceiros comerciais da Companhia. Portanto, uma base maior de usuários tende a levar, naturalmente, a um tráfego maior e a uma geração de vendas maior.

(iii) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As Receitas de Vendas podem ser impactadas por queda no consumo por parte dos usuários, assim como pelo surgimento de novos concorrentes no mercado. Em virtude de tal fato, caso o nível de consumo por parte dos usuários e/ou dos parceiros comerciais da Companhia sofra redução em virtude de condições macroeconômicas gerais, como por exemplo, variação nas taxas de juros, aumento da taxa de inflação, e variações da taxa de câmbio, as receitas de vendas da Companhia poderão ser impactadas.

Apesar do início das atividades da Companhia no exterior, até 31 de março de 2021, suas Receitas ainda não haviam sido impactadas de forma relevante por variações de câmbio.

(b) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Considerando o exposto acima, caso haja aumento da taxa de inflação, bem como variações da taxa de juros e da taxa de câmbio que promovam uma queda significativa do consumo no País, levando os nossos usuários e parceiros comerciais a reduzir o consumo de forma geral, incluindo com relação ao consumo dos produtos e serviços da Companhia, as receitas da Companhia poderão ser significativamente impactadas.

Além disso, considerando o início das atividades no exterior, variações na taxa de câmbio podem afetar o aferimento de receita da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e no período de três meses findo em 31 de março de 2021.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Aquisição da Picodi.com

Em fevereiro de 2021, foi divulgada Fato Relevante a celebração do *Share Purchase Agreement* (“Contrato”) entre a Companhia e os sócios da Picodi.com (“Vendedores”). O Contrato teve por objeto a aquisição pela Companhia de ações representativas de 51,2% do capital social de emissão da Picodi.com por R\$118,6 milhões (“Aquisição”). A Picodi.com é uma plataforma que reúne cupons de descontos, códigos promocionais e demais promoções de diversas lojas e marcas, presente em 44 países. Fundada em 2010, a Picodi.com conecta, mensalmente, mais de 12 mil lojas online a 4 milhões de usuários. O site recebe cerca de 63 milhões de visitas por ano, sendo a maioria proveniente de tráfego orgânico. A plataforma apresentou uma receita líquida equivalente a R\$ 27 milhões e lucro de R\$12,4 milhões em 2020. A empresa, que possui atualmente 94 membros no time baseado na Polônia, é lucrativa e apresenta geração de caixa positiva. Adicionalmente, a Companhia celebrou com os Vendedores - que permanecem detentores dos 48,8% restantes do capital social da Picodi.com - acordo de acionistas, o qual prevê opção de compra relativa à participação de 48,8% restante, a depender da verificação de determinados critérios de desempenho (para mais informações a respeito da opção de compra, vide item 15.8 deste Formulário de Referência). A Aquisição é estratégica para os negócios da Companhia, na medida em que permitirá um ganho de escala e volume para a operação do seu *marketplace* e ampliará a exposição da Méliuz a mercados internacionais.

Associação com o Grupo Acesso

Em maio de 2021, foi celebrado o “Acordo de Associação” com a Acessopar Investimentos e Participações S.A. (“Acessopar”) e a Acesso Soluções de Pagamento S.A. (em conjunto com a Acessopar, “Grupo Acesso”), fintech especializada em soluções de pagamento e *banking as a service* e que opera utilizando as marcas “Acesso”, “Acesso Bank”, “Bankly” e “Banco Acesso” (“Acesso”). O Acordo de Associação prevê, entre outras avenças, a incorporação pela Méliuz de 100% das ações de emissão da Acessopar, holding controladora da Acesso, em troca de novas ações de emissão da Méliuz (“Transação”). O valor da Transação totaliza R\$324,5 milhões, e tal montante está sujeito a ajustes de valor usuais em operações dessa natureza. A associação com a Acesso e sua equipe de gestão marca mais um passo na expansão do ecossistema de serviços financeiros da Méliuz, permitindo o desenvolvimento de soluções em contas digitais, pagamentos, e outros temas relacionados a serviços e produtos transacionais. A Acesso hoje é uma instituição de pagamento autorizada a funcionar pelo Banco Central, possuindo as licenças, tecnologia e infraestrutura bancária que permitirão à Méliuz ser protagonista no desenvolvimento e construção de uma solução que atenda as expectativas dos seus usuários. Com isso, a Méliuz passa a ter capacidade de aumentar ainda mais o engajamento da base de usuários, facilitando o lançamento de novos produtos financeiros como investimentos e seguros em parceria com outras instituições financeiras, além de aumentar a venda cruzada com os produtos e serviços já existentes: Cartão Méliuz, Marketplace e Méliuz Nota Fiscal. A Acesso possui, na data deste Formulário de Referência, um time de 178 pessoas e movimentou R\$1,3 bilhão de TPV em março de 2021. A receita bruta em 2020 foi de R\$46,4 milhões e prejuízo de R\$ 16,7 milhões. Quando concluída a Transação, a Acessopar passará a ser uma subsidiária integral da Companhia e os acionistas da Acessopar tornar-se-ão acionistas de longo prazo da Méliuz. Os atuais executivos chave da Acesso permanecerão nos seus cargos para dar continuidade ao projeto. Na data deste Formulário de Referência, ainda não havia ocorrido o fechamento da operação, o qual está sujeito ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, incluindo, à aprovação Acesso pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) da transferência do controle societário da Acesso Soluções de Pagamento S.A. Caso a operação seja aprovada pelo BACEN e mediante o cumprimento das demais condições precedentes previstas no Acordo de Associação, a operação será submetida à deliberação em assembleia de acionistas da Méliuz e da Acessopar.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Aquisição da Promobit

Em maio de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e a totalidade dos sócios da Promobit Serviços de Tecnologia Digital Ltda. (“Promobit”) para aquisição, pela Companhia, de quotas representativas de 100% do capital social total e votante da Promobit, por um preço de aquisição composto por uma parcela inicial, no montante de R\$13.000,000,00, sujeita a ajustes usuais em operações desta natureza. Adicionalmente, os vendedores terão direito a receber eventual *Earnout*, a depender do atingimento de determinadas metas financeiras apuradas pela Promobit. A aquisição amplia a capacidade da Méliuz de se posicionar e se fazer presente em mais etapas do funil de tomada de decisão do consumidor, além de ser uma importante fonte de tráfego qualificado e a baixo custo, minimizando os gastos da companhia com a aquisição de novos usuários. Para mais informações a respeito da referida aquisição, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

Aquisição da Melhor Plano

Em maio de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e a totalidade dos sócios da Melhor Plano Internet Ltda. (“Melhor Plano”) para aquisição, pela Companhia, de quotas representativas de 100% do capital social total e votante da Melhor Plano, por um preço de aquisição composto por uma parcela inicial, no montante aproximado de R\$10.300.000,00 sujeita a ajustes usuais em operações desta natureza. Adicionalmente, os vendedores terão direito a receber eventual *Earnout*, a depender do atingimento de determinadas metas financeiras apuradas pela Melhor Plano. Atualmente, a Melhor Plano possui 48 funcionários, sendo 35% com foco em SEO - *Search Engine Optimization*, ou Otimização para Mecanismos de Busca, um importante canal de aquisição orgânica. Assim como na aquisição do Promobit, o tráfego de qualidade do Melhor Plano representa uma importante fonte de aquisição de novos usuários a baixo custo para a Méliuz. Para mais informações a respeito da referida aquisição, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

Aquisição da Muambator

Em dezembro de 2021, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças com a Bridi e Rolim Ltda. (“Muambator”), Cícero Raupp Rolim, Paulo Martini Bridi e Ícaro Raupp Henrique (“CCVA”). O contrato prevê a aquisição dos ativos da Muambator dentre eles (i) a marca “Muambator”, registrada no INPI sob o nº 912347937, (ii) o domínio de internet “rastreamento.to”, (iii) a Plataforma Muambator, incluindo todos os softwares, códigos-fonte, tecnologias e funcionalidades e (iv) os domínios de internet “muambator.com.br”, “muambeitor.com.br” e “presosemcuritiba.com.br”. A conclusão da transação está sujeita a condição suspensiva que ainda não foi materializada.

A Muambator é uma empresa que consolida rastreamento online de pacotes e encomendas nacionais e internacionais, por meio de website e aplicativo, que permitem ao usuário cadastrar códigos de rastreio de compras feitas nas maiores lojas online do Brasil e do mundo, dentre elas Shopee, Ali Express, Wish, Mercado Livre e outras. Os usuários passam a ter um controle maior sobre suas compras e a receber notificações a cada movimentação do pacote ou encomenda.

A aquisição da Muambator está em linha com a estratégia do Méliuz de construir um ecossistema completo e integrado entre a vertical shopping e a vertical de serviços financeiros, oferecendo aos usuários produtos e serviços que tornem sua jornada de aquisição de produtos mais fluida e completa.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Os Diretores devem comentar:

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez no período de três meses findo em 31 de março de 2021

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impactos significativos nas informações trimestrais da Companhia, na sua entrada em vigor:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15 - IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 - IAS 1 e CPC 23 - IAS 8) / IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Definição de Reforma da Taxa de Juros de Referência- Fase 2 (alterações ao CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48).

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* - entradas de recursos e processos necessários para criar *outputs* - saída de recursos. A Companhia aplicou o Pronunciamento quando cabível.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que esta não possui relações de *hedge* de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisou alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Em junho de 2020 o contrato de um dos ativos, o imóvel da sede da matriz na cidade de Belo Horizonte, foi cancelado pela colocação de todo o time no regime de teletrabalho, fazendo com que todos os seus efeitos, incluindo as baixas dos ativos e passivos relativos a este contrato, fossem refletidos a partir de junho de 2020. Outro contrato, do imóvel da filial na cidade de Manaus, sofreu um impacto em seus ativos e passivos, pelo não reajuste que estava previsto para junho de 2020, o que também refletiu a partir do referido mês. Os ajustes em ambos os contratos são devidos à crise sanitária causada pela COVID-19.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia efetuou a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotou as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Dentre as formas de adoção previstas na norma, a Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16/CPC 06 (R2), não reapresentará informações e saldos em base comparativa.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia efetuou uma avaliação detalhada dos impactos da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) com base nos seguintes contratos afetados: arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa e centro de engenharia e desenvolvimento.

A Companhia considerou o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial, sendo os impactos da adoção da IFRS 16/CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 apresentado a seguir:

(valores expressos em R\$ mil)	01/01/2019
Ativo - Direito de uso	4.088
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(4.088)

Efeitos da adoção das Orientações Contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020

Com a emissão do referido Ofício e elucidação de alguns pontos controversos relacionados à adoção da nova norma, a Companhia revisou suas premissas de cálculo do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento e passou a considerar os fluxos de pagamentos futuros brutos dos potenciais créditos de PIS e COFINS potencial e passou a descontá-los a uma taxa de juros incremental nominal. Essa metodologia está de acordo com o CPC06 (R2) /IFRS16.

Os efeitos dessa alteração foram considerados prospectivamente como remensuração na movimentação dos saldos de arrendamentos.

IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação entrou em vigor para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotou a interpretação a partir desta data e analisou os tratamentos tributários adotados que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia teve alteração no que se refere à expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias e, portanto, nenhum efeito relevante foi identificado em decorrência da adoção deste pronunciamento.

Pronunciamentos técnicos revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019:

Outros pronunciamentos técnicos foram revisados, porém sem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 15/ CPC 47 (Receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida à medida em que uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A entidade deve reconhecer a receita somente quando for provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Este novo pronunciamento substituiu todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

Após as análises realizadas, a Companhia não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras, uma vez que, as receitas provenientes de contratos com clientes já são registradas deduzidas de descontos comerciais, bonificações concedidas e outras deduções similares. Adicionalmente, não foram identificados impactos decorrentes de possível alteração do momento de reconhecimento da receita, dado que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da realização da transação ou na aferição do benefício do próprio serviço.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia passou a reclassificá-las de acordo com norma atual, conforme abaixo:

	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras ⁽¹⁾	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Operações com arrendamento mercantil ⁽²⁾	N/A	Custo amortizado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valores a Receber de Partes Relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos Financeiros		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Operações com arrendamento mercantil a pagar ⁽²⁾	N/A	Custo amortizado
Valores a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Cashback a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado

(1) Foram reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos seus valores justos;

(2) Ativos e passivos financeiros classificados após a adoção da norma IFRS 16

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas na realização dos créditos, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Este modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

custo amortizado ou ao valor justo por outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. Essa alteração trazida pela norma não surtiu efeitos para a Companhia.

Desreconhecimento (ativo financeiro)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia mantiver. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois, o menor.

Desreconhecimento (passivo financeiro)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Vide item (a) acima.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os Diretores da Companhia informam que o relatório do auditor independente sobre as Informações Trimestrais - ITR referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021 não possui parágrafo de ênfase ou ressalva.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Os Diretores da Companhia informam que o relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 não possui parágrafo de ênfase ou ressalva.

Os Diretores da Companhia informam que o relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 possui o parágrafo de ênfase relativo à reapresentação das demonstrações contábeis, conforme destacado abaixo:

“Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.7 às demonstrações contábeis, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a apresentação da demonstração do resultado por natureza, inclusão da demonstração do valor adicionado e do lucro (prejuízo) por ação, aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas para atender aos requisitos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM quanto a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais e relatório financeiro (IFRS), bem como para a correção de erros identificados, como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em 30 de junho de 2020 emitimos relatório de auditoria, sem modificação, sobre as demonstrações contábeis da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações contábeis e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.”

Comentários da Administração

Os Diretores da Companhia esclarecem que as demonstrações contábeis históricas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram originalmente emitidas em 30 de junho de 2020 (“DFs Históricas 2019”). Não obstante tal fato, em virtude da apresentação de pedido de registro da Companhia como companhia aberta na categoria “A” (“Pedido de Registro de Companhia Aberta”) perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), a Administração da Companhia entendeu importante aprimorar as referidas demonstrações contábeis, nos termos dos artigos 25 e 26 da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada e demais normas aplicáveis às companhias abertas.

Dessa forma, a Companhia reapresentou em 31 de agosto de 2020 as suas demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (“DFs Registro 2019”). Para fins de comparabilidade, foram também reapresentadas no mesmo caderno de tais DFs Registro 2019, as demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

As demonstrações contábeis acima destacadas foram reemitidas com o objetivo de (i) atender às regras contábeis aplicáveis especialmente às companhias abertas, conforme normas emitidas pela CVM; (ii) corrigir determinadas incorreções; (iii) reclassificar determinados valores para aprimorar a comparabilidade e compreensão da situação financeira da Companhia.

Os Diretores da Companhia entendem que as DFs Registro 2019 refletem adequadamente a estrutura patrimonial em tal data.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Para informações sobre pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez às Demonstrações Financeiras vide o item 10.4 acima.

Seguem abaixo os comentários sobre as principais políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia.

a) *Intangível*

A Administração considera que a tecnologia e inovação são fatores de extrema importância para as atividades da Companhia. Nesse sentido, além da aquisição e contratação de softwares e outros intangíveis de terceiros, a Companhia também investe significativamente no aprimoramento e desenvolvimento de incrementos tecnológicos para seus produtos e *backoffice*.

A política contábil aplicada pela Administração com relação aos investimentos realizados pela Companhia no desenvolvimento de tecnologias é considerada como crítica, na medida em que pode implicar em alterações significativas nas demonstrações financeiras, especialmente com relação ao patrimônio líquido. Dessa forma, a política da Companhia para avaliar se determinados valores destinados ao desenvolvimento de tecnologias devem se tornar parte do ativo, como ativos desenvolvidos internamente, ou devem ser tratados como despesas do exercício.

Nessa linha, os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as condições previstas no CPC 04 (IAS 38) sobre ativo intangível.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

No que se refere aos ativos adquiridos de terceiros, estes são representados pelos montantes pagos na aquisição do intangível, mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil, seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de amortização são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é reconhecido prospectivamente.

Em virtude do acima exposto, os Diretores da Companhia entendem ser a política contábil acima descrita, considerada como crítica, por ter o condão de trazer reflexos significativos nas demonstrações financeiras, dada à sua relevância aos negócios da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

b) Provisão para cashback

Por se tratar de um dos principais pontos relacionados às atividades da Companhia, o tratamento contábil conferido ao reconhecimento do *cashback* a ser pago aos seus Usuários é uma política contábil crítica da Companhia.

Para que fosse estimado o montante de *cashback* que deveria ser provisionado como possível desembolso, a Companhia desenvolveu um método de mensuração, baseado em estatística descritiva sobre o perfil de resgate médio do usuário, considerando dados históricos, e a evolução da participação da Companhia em diferentes frentes de negócio. O modelo considera todo o histórico de *cashback* confirmado para os usuários agrupando-os em *cohorts* mensais por data de confirmação e avaliando-se o percentual resgatado nos meses subsequentes.

O custo com *cashback* representa o montante que a Companhia entende que será pago em algum momento aos usuários que tiveram saldo de *cashback* confirmado no período, de acordo com os termos de uso do programa de *cashback*, e a partir de modelos de regressão utilizando estatísticas descritivas e dados históricos. Do valor provisionado, o montante solicitado de resgate por parte dos usuários é transferido para *cashback* a pagar, e quitado através de transferência bancária.

A Companhia revisa os modelos de provisão periodicamente com base nas melhores estimativas do negócio e com os dados mais recentes de perfis de resgate.

Em virtude do acima exposto, os Diretores da Companhia entendem ser a política contábil acima descrita, considerada como crítica, por ter o condão de trazer reflexos significativos nas demonstrações financeiras, dada à sua relevância aos negócios da Companhia.

(c) Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. A Companhia constitui Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A Administração considera que uma alteração nessa política pode impactar de forma significativa as demonstrações financeiras.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço. Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(d) Reconhecimento da receita de serviços

A Administração da Companhia entende que a política contábil aplicável ao reconhecimento da receita dos serviços prestados é crítica, na medida em que sua alteração pode trazer reflexos significativos nas demonstrações financeiras.

De forma geral, para os negócios da Companhia de Marketplace, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Os contratos com clientes são por tempo indeterminado, em sua maioria não possuem multa rescisória, entretanto contêm aviso prévio em média de trinta dias para rescisão.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A receita é oriunda de veiculações de espaços publicitários do portal e remuneração, entendida por comissões, que são mensuradas através de cliques em links dos parceiros constantes no site da companhia na internet e em seu aplicativo para smartphones, convertidos em vendas pelos parceiros. As comissões acordadas, em sua quase totalidade, têm caráter variável de acordos com campanhas. A Companhia entende que a obrigação de performance é satisfeita no momento que o cliente confirmar que os serviços prestados são convertidos em vendas.

Após a quantificação criteriosa do passivo da Companhia, relativo ao trabalho de retificação e das limitações acordadas a respeito da possibilidade de os clientes solicitarem trabalhos adicionais, a Companhia identificou seus contratos e os respectivos serviços transferidos, separou suas obrigações a cumprir, determinou e alocou os preços das transações, reconhecendo a receita apenas quando todos os critérios acima são atendidos.

A receita líquida da companhia é apurada pelo total de comissionamento e espaço de veiculação de materiais publicitários recebidos, diminuído dos impostos sobre vendas de serviços ISSQN, PIS e COFINS.

(e) Redução ao valor recuperável - *Impairment*

A Companhia analisa periodicamente seus ativos intangíveis com a finalidade de assegurar que o valor contábil líquido dos ativos não esteja superior ao seu valor recuperável. Com base no Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável do Ativo, e na IAS 36 – *Impairment of Assets*, são verificados todos os indicadores para identificar o valor recuperável dos ativos, tais como: diminuição significativa do preço de mercado, mudança significativa relativa ao ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, alterações nas taxas de mercado com reflexo na taxa de desconto utilizada para definição do valor justo, baixa rentabilidade, evidência de obsolescência e gastos com manutenção acima do esperado. Também são verificados fluxos de caixa dos ativos para a verificação de possíveis problemas na recuperação destes valores por meio das atividades operacionais normais da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como:

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais relevantes, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos,

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2021 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas informações financeiras da Companhia referente ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2021 e nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas informações financeiras da Companhia referente ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2021 e nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas informações financeiras da Companhia referente ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2021 e nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Salvo pelo abaixo descrito, os Diretores da Companhia informam que a Companhia não tem, atualmente, em seu portfólio, investimentos em andamento ou previstos relevantes.

A Companhia está realizando uma Oferta Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de sua emissão, conforme descrita no item 18.12 deste Formulário de Referência e pretende utilizar os recursos da tranche primária da Oferta (“Oferta Primária”) para (i) ampliar a participação da Companhia nos mercados em que já atua: *marketplace* e serviços financeiros e (ii) para potenciais aquisições de empresas consideradas estratégicas, na proporção aproximada de alocação de 50% do montante total dos recursos líquidos a serem captados na Oferta Primária. O montante da Oferta Primária será apurado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Os Diretores da Companhia esclarecem, adicionalmente, que a destinação dos recursos levantados a partir da Oferta Restrita será influenciada pelas condições futuras dos mercados em que a Companhia atua, bem como pelas oportunidades de investimento que forem identificadas pela Companhia, além de outros fatores que não se pode antecipar (e.g., como resultado da pandemia COVID-19). Enquanto os investimentos acima descritos não forem realizados, no curso regular dos negócios da Companhia, os recursos líquidos captados na Oferta Restrita poderão ser investidos em aplicações financeiras que a administração da Companhia acredita estarem dentro da sua política de investimento, visando a preservação do capital e investimentos da Companhia com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Em 2020, a Companhia captou recursos no mercado financeiro, através da emissão de novas ações na Oferta Pública de Ações, concluída em dezembro. Os recursos captados serão fundamentais para implantação do plano estratégico da Companhia para os próximos anos, relacionados a: (i) ampliar a participação da Companhia nos mercados em que já atua: *marketplace* e serviços financeiros e (ii) potenciais aquisições de empresas consideradas estratégicas.

Em fevereiro de 2021, foi divulgado Fato Relevante sobre a aprovação do Conselho de Administração da Companhia para a celebração do *Share Purchase Agreement* (“Contrato”) celebrado entre a Companhia e os sócios da Picodi.com

Em maio de 2021, foi celebrado o “Acordo de Associação” com a Acessopar Investimentos e Participações S.A. (“Acessopar”) e a Acesso Soluções de Pagamento S.A. (em conjunto com a Acessopar, “Grupo Acesso”), fintech especializada em soluções de pagamento e *banking as a service* e que opera utilizando as marcas “Acesso”, “Acesso Bank”, “Bankly” e “Banco Acesso”, sendo que, na data deste Formulário de Referência, ainda não havia ocorrido o fechamento da operação.

Em maio de 2021, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e a totalidade dos sócios da Promobit Serviços de Tecnologia Digital Ltda. (“Promobit”) para aquisição, pela Companhia, de quotas representativas de 100% do capital social total e votante da Promobit,

Em maio de 2021, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e a totalidade dos sócios da Melhor Plano Internet Ltda. (“Melhor Plano”) para aquisição, pela Companhia, de quotas representativas de 100% do capital social total e votante da Melhor Plano.

Para mais informações a respeito das transações acima, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia utilizou como fonte de financiamento principalmente recursos provenientes de seu fluxo de caixa, bem como os recursos decorrentes da parcela primária da oferta pública inicial de ações da Companhia.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimento previstos

Os Diretores da Companhia informam que não há desinvestimentos relevantes da Companhia em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

A Companhia considera para os fins de investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços somente as intervenções que forem gerar melhorias, aperfeiçoamentos, novas funcionalidades ou características, com potencial claro de resultar em ganho de qualidade, produtividade ou competitividade. Devido ao mercado em que se encontra inserida, o acompanhamento, desenvolvimento e adesão a novos produtos e serviços é fundamental e indispensável para as atividades da Companhia. No cenário de elevada competitividade nas áreas de atuação da Méliuz, os incrementos tecnológicos são, ao final, os responsáveis pela fidelização dos usuários e geração de vendas para os clientes. Na mesma linha, as parcerias comerciais referentes a novos negócios, tais como as celebradas com sofisticados participantes do mercado financeiro e com fintechs, dependem praticamente da identificação, por parte desses parceiros, de um diferencial inovador da Companhia. Esse diferencial inovador se mostra basicamente em duas frentes: (i) tecnologia de ponta no *backoffice*, para suportar e executar as transações envolvidas na parceria com eficiência e confiabilidade; e (ii) conhecimento profundo do comportamento dos grupos de seus usuários.

Nesse contexto, em março de 2019, a Companhia, o Banco PAN e a Mastercard se uniram para lançar um cartão de crédito que devolverá ao consumidor, em dinheiro, de até 1,8% do valor gasto em cada compra. Como a quantia é cumulativa com o *cashback* já oferecido pelas lojas parceiras da Companhia, a recompensa para o consumidor pode chegar a 50%. Com foco em oferecer benefícios diferenciados aos usuários, o acordo foi firmado pela experiência de crédito do PAN e do programa de recompensas oferecido pela Companhia. O lançamento faz parte da estratégia da Companhia de investir mais em inovação, tecnologia e praticidade para os seus usuários.

O ano de 2020 marcou o início da operação da Méliuz Nota Fiscal. Esta nova ferramenta aproxima a companhia das indústrias e oferece às marcas uma nova forma de promoção e incentivo de vendas junto ao seu cliente final, em todo o Brasil, permitindo que o consumidor receba *cashback* ao comprar produtos específicos em qualquer estabelecimento físico, online ou por delivery. Marcas como Skol, Heineken, SC Johnson, Nissin, Pernod Ricard, ZX Ventures, Mother Nutrients e Fazenda do Futuro realizaram 34 campanhas em 2020.

Durante o quarto trimestre de 2020, a Companhia lançou um novo serviço: a venda de *gift cards*, no qual, pela primeira vez, ofereceu aos seus usuários a experiência de compra dentro do aplicativo da Méliuz. Com isso, os usuários da Companhia podem ganhar *cashback* na compra de créditos a serem utilizados em plataformas como *iFood*, *Uber*, *UberEats*, *Google Play*, *Spotify*, *Playstation Store* e outros. A Companhia acredita que esse novo serviço vai permitir aumentar ainda mais o nível de engajamento de seus usuários com o aplicativo ao oferecer novas formas para que eles recebam ainda mais *cashback* ao consumir diferentes produtos e serviços. *Gift Card* nada mais é que um cartão pré-pago, no valor que o usuário definir, para usar em serviços e produtos que

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

aceitam esse método de pagamento. À medida que o usuário usa os serviços ou compra itens e produtos, os créditos vão sendo consumidos.

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, pois não há pesquisas específicas em andamento que já tenham sido divulgadas.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não há registro de investimentos em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços no período.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, pois não há registro de investimentos em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, foram investidos pela Companhia R\$ 870 mil em adição do intangível, incluindo o desenvolvimento de novos produtos e serviços.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, foram investidos pela Companhia R\$ 776 mil em adição do intangível, incluindo o desenvolvimento de novos produtos e serviços. O novo produto desenvolvido no período foi o website de conteúdo financeiro idinheiro.com.br.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram registrados investimentos no desenvolvimento de novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Impactos da pandemia do COVID-19

A Companhia continua acompanhando de perto os possíveis impactos da pandemia do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação. Do ponto de vista dos clientes de *marketplace* as categorias de Viagem e Turismo foram fortemente impactadas apresentando reduções nos volumes de comissionamento de mais de 53% no período de três meses findo em 31 de março de 2021 em comparação com o mesmo período de 2020. Além disso, algumas parcerias com lojas físicas também foram suspensas em decorrência da pandemia e das restrições impostas durante a quarentena.

Por outro lado, com os novos hábitos de consumo *online* impulsionados pela quarentena foi observada a aceleração da migração do consumo *offline* para o *online*, contribuindo para o crescimento da base de usuários e incremento dos gastos destes em diversos segmentos do *marketplace*. Esta conjuntura de forma combinada culminou na Companhia apresentando um aumento nas receitas líquidas de 63,7% de R\$31.648 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$51.810 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2021. Adicionalmente, a Companhia observou o crescimento de novas contas abertas em sua plataforma, somando 2,4 milhões de novas contas no primeiro trimestre de 2021, o que representou um crescimento de 73% em comparação ao mesmo período de 2020, período no qual a Companhia registrou a abertura de 1,4 milhão novas contas, chegando a uma base de mais de 16 milhões de contas abertas no final de março de 2021 (informação não auditada).

A Companhia destaca a seguir as principais análises e ações da Companhia relativas ao COVID-19:

- Nos diferentes cenários testados, a Companhia continua sem nenhum indício de dificuldades financeiras para continuar atravessando a situação imposta pela pandemia.
- Poucos parceiros pediram prolongamento de prazo nos pagamentos até o momento, estando estes concentrados em parceiros com operação exclusivamente em lojas físicas, os quais representam menos de 0,5% do faturamento do primeiro trimestre de 2021.
- Não houve até o momento qualquer alteração ou incremento anormal na taxa de inadimplência ou atrasos de pagamentos que impactassem de forma material o fluxo de caixa e a posição de caixa da Companhia;
- Do ponto de vista dos custos, foi possível a redução de algumas linhas de custo como: aluguel, transporte e viagens que deixaram de ser realizadas, considerando que a totalidade dos colaboradores da Companhia permanece em regime de teletrabalho desde março de 2020.
- Com relação aos serviços financeiros, incluindo o Cartão Méliuz, foi observado crescimento no volume de cartões emitidos, sendo a aprovação e risco de crédito da operação de responsabilidade do banco parceiro na emissão do cartão (Banco PAN). Ao final do primeiro trimestre de 2021, a Companhia atingiu 4,5 milhões de solicitações de emissão de cartões, 19 vezes o número de 240 mil de solicitações atingido no primeiro trimestre de 2020.
- Em relação à Méliuz Nota Fiscal, ferramenta que permite que o consumidor receba *cashback* ao comprar produtos específicos em qualquer estabelecimento físico, online ou delivery, o número de usuários ativando ofertas no primeiro trimestre de 2021, o qual correspondeu a 139 mil tendo aumentado 113% com relação ao último trimestre de 2020, no qual o número de usuários ativando ofertas correspondeu a 65 mil. O número de ofertas ativadas, no mesmo período, totalizou 594 mil ofertas, um crescimento de 383% em relação ao último trimestre de 2020, quando registramos 123 mil ofertas.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- Ao longo do primeiro trimestre de 2021, foi expandido o acesso aos serviços de venda de *gift cards* e lançada a recarga de celular para uma base maior de usuários. Apenas no mês de março de 2021, os usuários que utilizaram esses serviços compraram, em média, 2,5 *gift cards* e fizeram 1,5 recargas de celular.

Parte significativa do modelo de negócio da Companhia se concentra na remuneração por performance para lojas que vendem online. Sendo assim, a Companhia se torna ainda mais importantes para os parceiros atuais e novas lojas que desejem migrar e impulsionar suas vendas por meio de canais digitais. Como resultado, cada vez mais parceiros têm procurado a Companhia para realização de campanhas, o que contempla divulgação nos canais da Companhia, aumento de comissões e *cashback* para os usuários.

Por se tratar de fato sem precedentes na história recente, ainda é incerto prever a extensão dos danos causados pela pandemia de COVID-19 em âmbitos sociais, econômicos, políticos e culturais. Na data deste Formulário de Referência, além das ponderações feitas neste 3.9 e 10 do Formulário de Referência, não é possível assegurar a extensão dos impactos da COVID-19, tampouco é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais prejuízos, ou que não haverá incertezas materiais relacionadas à capacidade de a Companhia continuar operando os seus negócios. Os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 são contínuos e, portanto, a Companhia avaliará a evolução dos efeitos da atual pandemia em suas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível alteração na sua capacidade de continuar operando seus negócios. As análises da Companhia serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da pandemia do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

Salvo pelo disposto acima, até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que a Companhia pudesse realizar uma avaliação a respeito do impacto do surto do COVID-19 em seus negócios, além das ponderações realizadas neste item 10.9, bem como nos itens 3.9 e 4.1 deste Formulário de Referência. Na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais prejuízos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da nossa Companhia continuar operando os seus negócios.

Informações financeiras consolidadas condensadas pro forma não auditadas

Tendo em vista a influência relevante das Transações nos resultados operacionais e financeiros da Companhia, adicionalmente às informações já apresentadas neste item 10, foram incluídas neste item 10.9 Informações financeiras consolidadas condensadas pro forma não auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020 e ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2021.

Para maiores informações, vide fator de risco: “*As informações financeiras consolidadas condensadas pro forma não auditadas incluídas neste Formulário de Referência são apresentadas apenas para fins ilustrativos e podem não ser indicativas de nossa condição financeira consolidada ou dos resultados operacionais após a implementação das transações*”, constante da seção 4.1 do presente Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**Méliuz S.A.**

Balanço patrimonial consolidado *pro forma* não auditado

Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais – R\$)

	Méliuz Histórico (i)	Acesso Histórico (ii)	Ajustes Pro forma			Total Pro Forma
	31/03/2021	31/03/2021	Combinação de negócios	Notas	Eliminações (Nota 2c)	Total dos ajustes Pro Forma
						31/03/2021
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	234.146	352.112	-		-	-
Contas a receber	24.179	1.042	-		-	-
Estoque de produtos acabados	-	23	-		-	-
Tributos a recuperar	3.484	1.645	-		-	-
Outros ativos	4.423	13.721	-		-	-
Total do ativo circulante	266.232	368.543			-	
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Depósitos judiciais	-	1.768	-		-	-
Tributos diferidos	11.739	18.168	-		-	-
Outros ativos	2.776	-	-		-	-
Total do ativo realizável a longo prazo	14.515	19.936	-		-	-
Investimentos	1	-			-	-
Imobilizado	3.257	912	-		-	-
Arrendamento mercantil - Direito de uso	125	874	-		-	-
Intangível	114.675	4.363	332.535	2.a.ii	-	332.535
Total do ativo não circulante	132.573	26.085	332.535		-	332.535
Total do ativo	398.805	394.628	332.535		-	332.535

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

	Méliuz Histórico (i)	Acesso Histórico (ii)	Ajustes Pro forma				Total Pro Forma
	31/03/2021	31/03/2021	Combinação de negócios	Notas	Eliminações (Nota 2c)	Total dos ajustes Pro Forma	31/03/2021
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	2.130	19.078	-		-	-	21.208
Empréstimos e financiamentos	728	5.926	-		-	-	6.654
Créditos em circulação e estabelecimentos a pagar	-	337.644	-		-	-	337.644
Obrigações trabalhistas e tributárias	7.194	6.927	-		-	-	14.121
Imposto de renda e contribuição social a recolher	585	-	-		-	-	585
<i>Cashback</i>	6.173	-	-		-	-	6.173
Arrendamento mercantil a pagar	102	853	-		-	-	955
Dividendos mínimos a pagar	4.686	-	-		-	-	4.686
Outros passivos	176	-	-		-	-	176
Total do passivo circulante	21.774	370.428	-		-	-	392.202
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	479	2.066	-		-	-	2.545
Obrigações trabalhistas	-	1.900	-		-	-	1.900
<i>Cashback</i>	371	-	-		-	-	371
Tributos diferidos	2.251	-	-		-	-	2.251
Valores a pagar para partes relacionadas	-	-	27.500	2.a.i	-	27.500	27.500
Outros passivos	-	769	-		-	-	769
Total do passivo não circulante	3.101	4.735	27.500		-	27.500	35.336
Patrimônio líquido							
Patrimônio líquido atribuído a controladores	358.922	19.465	324.500		(19.465)	305.035	683.422
Patrimônio líquido atribuído a não controladores	15.008	-	-		-	-	15.008
Total do patrimônio líquido	373.930	19.465	324.500	2.a.i	(19.465)	305.035	698.430
Total do passivo e patrimônio líquido	398.805	394.628	352.000		(19.465)	332.535	1.125.968

(i) Estas informações são derivadas das informações contábeis intermediárias consolidadas do Méliuz S.A. relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

(ii) Estas informações são derivadas das informações financeiras intermediárias consolidadas do Acesso Soluções de Pagamento S.A. relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**Méliuz S.A.**Demonstração do resultado consolidado *pro forma* não auditado

Período de três meses findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais – R\$)

	Méliuz Histórico (i)	Picodi Histórico (ii)	Acesso Histórico (iii)		Ajustes Pro forma		Total Pro Forma
	31/03/2021	31/03/2021	31/03/2021	Combinação de negócios	Notas	Eliminações (Nota 2c)	Total dos ajustes Pro Forma
							31/03/2021
Receitas líquidas	49.167	7.606	13.285	-	-	-	70.058
Despesas operacionais							
Custo do serviço prestado	-	-	(6.837)	-	-	-	(6.837)
Despesas com <i>cashback</i>	(21.181)	-	-	-	-	-	(21.181)
Despesas com pessoal	(7.331)	(1.304)	(7.082)	-	-	-	(15.717)
Despesas comerciais e de marketing	(6.720)	(978)	(221)	-	-	-	(7.919)
Despesas com softwares	(2.469)	(197)	(2.645)	-	-	-	(5.311)
Despesas gerais e administrativas	(466)	(3.938)	(2.900)	-	-	-	(7.304)
Serviços de terceiros	(4.129)	(723)	-	-	-	-	(4.852)
Depreciação e amortização	(372)	(232)	(530)	(5.867)	2.b.i	-	(7.001)
Outros	26	-	2.354	-	-	-	2.380
	(42.642)	(7.372)	(17.861)	(5.867)	-	(5.867)	(73.742)
Resultado bruto	6.525	234	(4.576)	(5.867)	-	(5.867)	(3.684)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	6.525	234	(4.576)	(5.867)	-	(5.867)	(3.684)
Resultado financeiro	387	(44)	1.050	-	-	-	1.393
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	6.912	190	(3.526)	(5.867)	-	(5.867)	(2.291)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(1.669)	(4)	-	1.995	2.b.i	-	322
Lucro líquido do exercício	5.243	186	(3.526)	(3.872)	-	(3.872)	(1.969)
Lucro líquido do exercício atribuível a:							
Não controladores	(34)	91	-				57
Controladores	5.277	95	(3.526)			(3.872)	(2.026)

(i) Esta informação é derivada das informações contábeis intermediárias consolidadas do Méliuz S.A. relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, excluídos os saldos relativos à Picodi.

(ii) Esta informação é derivada das informações financeiras intermediárias da Picodi.com LLC relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

(iii) Esta informação é derivada das informações financeiras intermediárias consolidadas do Acesso Soluções de Pagamento S.A. relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**Méliuz S.A.**Demonstração do resultado consolidado *pro forma* não auditado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais – R\$)

	Méliuz Histórico(i)	Picodi Histórico (ii)	Acesso Histórico (iii)			Ajustes Pro forma		Total Pro Forma
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	Combinação de negócios	Notas	Eliminações (Nota 2c)	Total dos ajustes Pro Forma	31/12/2020
Receitas líquidas	125.390	26.837	41.710	-		-	-	193.937
Despesas operacionais								
Custo do serviço prestado	-	-	(25.159)	-		-	-	(25.159)
Despesas com <i>cashback</i>	(59.104)	-	-	-		-	-	(59.104)
Despesas com pessoal	(18.416)	(5.357)	(28.692)	-		-	-	(52.465)
Despesas comerciais e de marketing	(8.116)	(2.131)	(1.570)	-		-	-	(11.817)
Despesas com softwares	(5.772)	(835)	(9.353)	-		-	-	(15.960)
Despesas gerais e administrativas	(1.480)	(1.419)	(6.781)	-		-	-	(9.680)
Serviços de terceiros	(2.470)	(2.379)	-	-		-	-	(4.849)
Depreciação e amortização	(1.769)	(381)	(1.991)	(23.467)	2.b.ii	-	(23.467)	(27.608)
Outros	219	1.010	3.463	-		-	-	4.692
	(96.908)	(11.492)	(70.083)	(23.467)		-	(23.467)	(201.950)
Resultado bruto	28.482	15.345	(28.373)	(23.467)		-	(23.467)	(8.013)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-		-	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	28.482	15.345	(28.373)	(23.467)		-	(23.467)	(8.013)
Resultado financeiro	(255)	(52)	5.134	-		-	-	4.827
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	28.227	15.293	(23.239)	(23.467)		-	(23.467)	(3.186)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(8.597)	(2.927)	6.485	7.979	2.b.ii	-	7.979	2.940
Lucro líquido do exercício	19.630	12.366	(16.754)	(15.488)		-	(15.488)	(246)
Lucro líquido do exercício atribuível a:								-
Não controladores	(99)	6.033					-	5.934
Controladores	19.729	6.333	(16.754)				(15.488)	(6.180)

(i) Estas informações são derivadas das demonstrações contábeis consolidadas do Méliuz S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(ii) Estas informações são derivadas das demonstrações financeiras da Picodi.com LLC relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(iii) Estas informações são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas do Acesso Soluções de Pagamento S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**Notas Explicativas da administração às informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas (Em milhares de Reais)****1. Descrição da transação e base para elaboração das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*****a) Descrição da transação**

Como parte da estratégia de expansão de suas operações, em 26 de fevereiro de 2021, a Méliuz S.A. ("Companhia" ou "Méliuz") e Picodi.com LLC ("Picodi" e em conjunto com Méliuz, as "Companhias"), empresa sediada na Polônia, celebraram um Contrato que resultou na aquisição, pela Companhia, de 51,2155% das ações representativas do capital social da Picodi, se tornando controladora desta investida.

Em 03 de maio de 2021, foi assinado o Acordo de Associação ("Acordo") com a Acessopar Investimentos e Participações S.A. ("Acessopar") e a Acesso Soluções de Pagamentos S.A. (em conjunto com a Acessopar, "Grupo Acesso"), que opera utilizando as marcas "Acesso", "Acesso Bank", "Bankly" e "Banco Acesso" ("Acesso"). O Acordo prevê, entre outras avenças, a incorporação pelo Méliuz de 100% das ações de emissão da Acessopar, holding controladora da Acesso, em troca de novas ações de emissão do Méliuz ("Transação").

A Transação será efetivada através da incorporação da totalidade das ações de emissão da Acessopar pela Méliuz, nos termos do Art. 252 da Lei das S.A., e consequente aumento de capital do Méliuz com a emissão de novas ações, a serem entregues aos atuais acionistas do Grupo Acesso, além de uma parcela variável ("Earn Out"), devida a partir de um evento de liquidez (Receita Líquida da Acesso nos exercícios sociais de 2022, 2023 e 2024; e na variação da ação "CASH3", emitida pelo Méliuz). Essa contraprestação variável foi considerada igual a R\$27.500 em 31 de março de 2021, considerando que a Companhia prevê a realização do pagamento máximo. Através dessa estrutura, a Acessopar passará a ser uma subsidiária integral do Méliuz e os acionistas da Acessopar na data do fechamento tornar-se-ão acionistas de longo prazo do Méliuz. Os atuais executivos chave da Acesso permanecerão nos seus cargos para dar continuidade ao projeto. Após o cumprimento de condições suspensivas usuais deste tipo de transação, em especial a aprovação pela autoridade reguladora das instituições financeiras, a consumação da incorporação de ações de emissão da Acessopar pela Méliuz ocorrerá na data de deliberação da Transação pela assembleia geral extraordinária de ambas as companhias, que deverá ocorrer entre o segundo semestre do ano de 2021 e o início de 2022.

A consumação da Transação está sujeita à aprovação de alteração do controle societário da Acesso pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e será apresentada a este órgão na forma assinalada pela legislação em vigor. Após a aprovação pelo BACEN e o cumprimento das demais condições precedentes previstas no Acordo, a operação será submetida à assembleia de acionistas do Méliuz e da Acessopar, nos termos do Art. 252 da Lei das S.A..

De acordo com o resultado do teste de relevância, a Companhia apresenta essas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas refletindo os impactos das aquisições de Picodi e Acesso, no balanço patrimonial como se as aquisições tivessem sido concluídas na data-base mais recente para o qual o balanço patrimonial seja exigido, de acordo com o item 11 do OCPC 06 e nas demonstrações de resultado como se as aquisições tivessem sido concluídas no início do último exercício social encerrado, de acordo com o item 11 letra d do OCPC 06.

b) Bases de elaboração e apresentação das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas que compreendem ao balanço patrimonial consolidado *pro forma* em 31 de março de 2021 e as demonstrações do resultado consolidado *pro forma* referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas e estão sendo apresentadas exclusivamente para fins ilustrativos no pressuposto da aquisição da Picodi e

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

incorporação de ações da Acesso ter ocorrido em 1º de janeiro de 2020, para fins das demonstrações do resultado, ou em 31 de março de 2021, para fins do balanço patrimonial, e não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações financeiras consolidadas ou interpretadas como demonstrações consolidadas do resultado e/ou posição patrimonial e financeira efetiva da Companhia. Adicionalmente, tais informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas não refletem, por exemplo: (i) qualquer sinergia, eficiência operacional e economia de custos que possam decorrer da reorganização societária; (ii) qualquer possível benefício gerado pelo crescimento combinado das Companhias; ou (iii) eventuais restrições impostas por autoridades concorrenciais.

Estas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas foram preparadas e são apresentadas conforme a Norma Brasileira de Contabilidade CTG 06 - Apresentação de Informações Financeiras *Pro Forma*, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, que tem por base a Orientação Técnica OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras *Pro Forma*, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e devem ser lidas em conjunto com, bem como são referidas em sua totalidade e derivam das:

- (i) Demonstrações contábeis consolidadas do Méliuz, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), para o período findo em 31 de dezembro de 2020, auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., cujo relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis foi emitido em 31 de março de 2021, sem modificações;
- (ii) Informações contábeis intermediárias consolidadas do Méliuz, elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *International Financial Reporting*, emitida pelo IASB, para o período de três meses findo em 31 de março de 2021, revisadas pela Ernst & Young Auditores Independentes, cujo relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias foi emitido em 14 de maio de 2021, sem modificações;
- (iii) Demonstrações financeiras da Picodi, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, auditadas pela Grant Thornton Frackowiak sp. z o.o. sp. k., cujo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras foi emitido em 6 de julho de 2021, sem modificações, e acompanhadas do relatório da Grant Thornton Auditores Independentes sobre a revisão especial dessas respectivas demonstrações financeiras, datado de 6 de julho de 2021, sem modificações;
- (iv) Informações financeiras intermediárias da Picodi, elaboradas de acordo com a norma internacional IAS 34 - *International Financial Reporting*, emitida pelo IASB, para o período de três meses findo em 31 de março de 2021, revisadas pela Grant Thornton Frackowiak sp. z o.o. sp. k., cujo relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias foi emitido em 6 de julho de 2021, sem modificações, e acompanhadas do relatório da Grant Thornton Auditores Independentes sobre a revisão especial dessas respectivas demonstrações financeiras intermediárias, datado de 6 de julho de 2021, sem modificações;
- (v) Demonstrações financeiras consolidadas da Acesso, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, auditadas pela Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes, cujo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras foi emitido em 29 de junho de 2021, sem modificações; e
- (vi) Informações financeiras intermediárias consolidadas da Acesso, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a norma internacional IAS 34 - *International Financial Reporting*, emitida pelo IASB, para o período de três meses findo

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

em 31 de março de 2021, revisadas pela Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes, cujo relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias foi emitido em 30 de junho de 2021, sem modificações.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas foram preparadas usando o método de aquisição de acordo com o CPC15(R1)/IFRS 3 - Combinações de Negócios, onde o Méliuz é considerado o adquirente. O CPC15 (R1)/IFRS 3, requer, entre outras coisas, que os ativos adquiridos e passivos assumidos sejam reconhecidos pelo seu valor justo na data de aquisição. A mensuração do valor justo pode ser altamente subjetiva e é possível que outros profissionais, aplicando julgamento razoável aos mesmos fatos e circunstâncias, possam desenvolver e sustentar valores estimados diferentes.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas exclusivamente para fins ilustrativos e não pretendem representar o que os resultados reais consolidados das operações ou a posição financeira do Méliuz teriam sido se as aquisições da Picodi e da Acesso tivessem ocorrido nas datas assumidas, e, conseqüentemente, não são necessariamente indicativos dos resultados das operações consolidadas em períodos futuros ou da posição financeira consolidada do Méliuz.

Estas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas das entidades envolvidas.

2. Descrição dos ajustes *pro forma* de combinação de negócios e premissas utilizadas

Os ajustes *pro forma* são baseados em informações atualmente disponíveis e certas estimativas e premissas e, portanto, os efeitos reais dessas transações serão diferentes dos apresentados nesse relatório. Incluímos apenas ajustes que são diretamente atribuíveis à combinação de negócios proposta, factualmente suportáveis e, com relação à demonstração do resultado, esperamos ter um impacto contínuo nos resultados consolidados.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* foram elaboradas e apresentadas a partir das demonstrações financeiras consolidadas históricas do Méliuz, Picodi e Acesso e os ajustes *pro forma* foram determinados com base em premissas e melhores estimativas da Administração das Companhias, as quais acreditamos serem razoáveis, e incluem os ajustes a seguir:

a) Balanço patrimonial *pro forma*

A Companhia apresenta o balanço patrimonial consolidado *pro forma* refletindo os impactos da aquisição potencial da Acesso como se a aquisição tivesse sido concluída na data-base mais recente para o qual o balanço patrimonial seja exigido, ou seja, em 31 de março de 2021. Nas informações financeiras intermediárias consolidadas do Méliuz para os três meses findo em 31 de março de 2021, já estão sendo consolidados os ativos e passivos do Picodi, bem como os efeitos de sua aquisição, que ocorreu em fevereiro de 2021. Os efeitos da aquisição da Acesso no balanço patrimonial *pro forma*, caso essa tivesse ocorrido em 31 de março de 2021, estão demonstrados abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**i) Alocação do preço pago**

Em 2020	Valor justo estimado
Ativos	629.295
Passivos	375.163
Ativos líquidos a valor justo - 100%	254.132
Participação adquirida na subsidiária	100%
Valor justo estimado dos ativos líquidos adquiridos	254.132
Demonstrativo do ágio	
Valor por troca de ações	324.500
Valor da parcela a prazo	27.500
Total da contraprestação transferida ⁽¹⁾	352.000
Ágio por rentabilidade futura estimado	97.868

(1) A contraprestação paga foi estimada com base nos termos da transação, considerando: (i) o valor unitário das ações de emissão da Méliuz de R\$31,06 correspondente à média ponderada por volume do preço de fechamento da CASH3 nos pregões ocorridos nos últimos 30 dias anteriores à data da assinatura da Transação; (ii) estimativa máxima de *earn out* de R\$27.500.

Essa alocação preliminar de preço de compra foi usada na preparação dos ajustes *pro forma* no balanço patrimonial. A alocação final do preço de compra será determinada quando da aprovação da Transação pelo BACEN. A alocação final pode diferir materialmente da alocação preliminar usada nos ajustes *pro forma*. A alocação final pode incluir: (a) mudanças no valor da contraprestação paga (principalmente por alterações na estimativa de *earn out*); (b) mudanças nos valores justos do ativo imobilizado; (c) mudanças nas alocações dos ativos intangíveis, como ágio; e (d) outras mudanças nos ativos e passivos.

ii) Mais valia de softwares e licenças

Durante a combinação de negócios da Acesso foram identificados mais valia de softwares no valor de R\$117.333 e de licenças no valor de R\$117.334, estimada pela Companhia de acordo com a motivação para a aquisição da Acesso. Os valores de mais valia, acrescidos do ágio por rentabilidade futura estimado de R\$97.868 acima calculado, estão apresentados no valor total de R\$332.535 na linha do Intangível.

iii) Valor justo das contingências

Não foram identificadas contingências fora do balanço da Acesso e Picodi que devem ser refletidas nessas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma*.

b) Demonstração do resultado consolidado pro forma

A Companhia apresenta as demonstrações de resultado consolidadas *pro forma* refletindo os impactos das aquisições de Picodi e Acesso como se as aquisições tivessem sido concluídas no início do último exercício social encerrado, ou seja, em 1º de janeiro de 2020. As demonstrações de resultado consolidadas *pro forma* devem ser apresentadas apenas para o exercício social do ano anterior, exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e para o período intermediário do exercício atual, período de três meses findo em 31 de março de 2021.

i) Efeitos nas demonstrações de resultados consolidadas pro forma em 31/03/2021

Nas informações financeiras intermediárias consolidadas do Méliuz para os três meses findo em 31 de março de 2021, estão sendo consolidadas as receitas e despesas do Picodi apenas do mês de março de 2021, visto que a aquisição ocorreu no final do fevereiro de 2021. Para fins dessas demonstrações de resultado *pro forma*, a coluna do consolidado em 31 de março de 2021 considera apenas as receitas e despesas do Méliuz e Gana (controlada do Méliuz adquirida em 2020). As receitas e despesas para os três meses findo em 31 de março de 2021 da Picodi estão sendo apresentadas em coluna específica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020, o aumento da despesa de amortização decorrente dos softwares adquiridos na compra da Acesso seria de R\$5.867, considerando uma vida útil de cinco anos. Tal aumento na despesa de amortização reduz o resultado do período, diminuindo a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social e, consequentemente, a despesa destes impostos. O impacto da amortização dos softwares na despesa de imposto de renda e contribuição social para os três meses findo em 31 de março de 2021 seria de R\$1.995. A licença não sofre amortização por possuir vida útil indefinida, visto que as licenças que a Acesso possui não tem vencimento.

ii) *Efeitos nas demonstrações de resultados consolidadas pro forma em 31 de dezembro de 2020*

Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020, o aumento da despesa de amortização decorrente dos softwares adquiridos na compra da Acesso seria de R\$23.467, considerando uma vida útil de cinco anos. Tal aumento na despesa de amortização reduz o resultado do período, diminuindo a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social e, consequentemente, a despesa destes impostos. O impacto da amortização dos softwares na despesa de imposto de renda e contribuição social para o período findo em 31 de dezembro de 2020 seria de R\$7.979. A licença não sofre amortização por possuir vida útil indefinida, visto que as licenças que a Acesso possui não tem vencimento.

c) Eliminações

Representa a eliminação do patrimônio líquido da Acesso de R\$19.465.